

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010



ÍNDICE

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO	4
2 – AMBIENTE REGULATÓRIO	4
2.1 - Gestão Tarifária	5
3 – GESTÃO COMERCIAL	5
3.1 - Evolução do Número de Clientes	5
3.2 - Comportamento do Mercado	5
4 – INVESTIMENTOS	6
4.1 - Expansão de Rede	7
4.2 - Modernização	9
4.2.1 - Gestão Estratégica	9
4.2.2 – Gestão da Qualidade	9
4.2.3 - Gestão da Documentação	9
4.2.4 - Gestão da Tecnologia da Informação	10
4.2.5 - Gestão de Logística e Suprimento	10
4.2.6 - Gestão de Licitações	11
4.2.7 – Gestão da Operação	11
4.2.8 - Gestão da Manutenção	12
4.3 - Universalização	12
4.4 - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	12
4.5 - Eficiência Energética	12
5.1 - Qualidade no Fornecimento	14
5.2 - Gestão dos Contratos Terceirizados	14
5.3 - Gestão da Defesa do Patrimônio	15
6 - GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	15
6.1 - Indicadores Econômico-Financeiros	15
6.2 - Receita de Fornecimento de Energia Elétrica	16
6.3 - Endividamento	16
7 – CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS	17
8 – GESTÃO DE PESSOAS	19
8.1 - Carreira, Remuneração e Avaliação	19
8.2 - Capacitação e Desenvolvimento	19
9 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	19
10 – AUDITORIA INDEPENDENTE	20
11 – BALANÇO SOCIAL	21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais, a administração da Celg Distribuição S.A. apresenta o seu Relatório, juntamente com as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e os pareceres dos Auditores Independentes e Conselho Fiscal, relativos ao exercício social de 2010.

O ano de 2010 foi marcado por grandes desafios para a empresa tanto do ponto de vista operacional como financeiro. Não obstante as dificuldades econômico-financeiras que vem se agravando pelo congelamento de tarifas e pelo baixo nível de investimentos no sistema, a receita de fornecimento de energia teve um crescimento de 8,34% quando comparado ao exercício anterior. Esse acréscimo decorreu do crescimento da ordem de 10% verificado no mercado de consumo de energia da distribuidora, muito acima da média de 7,8% registrada no mercado nacional de energia e do aumento de 7,5% do PIB brasileiro, apesar de haver em carteira solicitações de liberação de carga, aproximadamente 110 MVA, que dependem de investimentos no sistema de distribuição.

Diante das dificuldades econômico-financeiras e operacionais da empresa, a administração aprovou um Plano de Reestruturação que contempla o Planejamento Estratégico, Plano de Reestruturação Financeira e Programa de Investimentos.

O Planejamento Estratégico para o período 2011-2015 prevê contrato de gestão e inclui metas de redução dos custos operacionais àqueles reconhecidos na Empresa de Referência.

No Plano de Reestruturação Financeira, a administração juntamente com o acionista majoritário vem atuando em negociações com bancos de investimento privados e estatais visando a negociação e/ou liquidação dos passivos onerosos, regularização dos débitos intrassetoriais, aplicação do reajuste tarifário e aporte de capital mediante ingresso de parceiros estratégicos.

O Programa de Investimentos visa atender o crescimento de mercado, cumprir com as determinações emanadas do Órgão Regulador e melhorar a qualidade do serviço prestado a sociedade goiana.

No primeiro trimestre de 2011, diversas ações foram tomadas e que resultaram em recuperação de receita e redução de despesas. Sob a ótica da receita, a empresa conseguiu recuperar R\$ 71,4 milhões em decorrência da implementação do Programa Saldo Positivo com as prefeituras, negociação de créditos junto a órgãos públicos e empresas públicas e privadas. No âmbito das despesas, houve uma redução de R\$ 28,3 milhões face à revisão e rescisão de alguns contratos de prestação de serviços. O estabelecimento de ordem cronológica para o pagamento de fornecedores já ocasionou a redução do prazo médio de pagamento de 08 meses para 1 mês.

A colaboração de empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade é fundamental para a recuperação do maior patrimônio de Goiás.

José Eliton de Figuerêdo Júnior
Presidente

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia brasileira em 2010 teve o maior crescimento da década com expansão de 7,5% do PIB. O grande propulsor para este crescimento foi a demanda doméstica, impulsionada pela política de transferência de renda, redução da taxa de juros, aumento de renda das classes C, D e E, redução da taxa de desemprego, crescimento da massa salarial e pelo aumento do crédito à pessoa física, principalmente aqueles vinculados aos subsídios e crédito habitacional.

Sob o ponto de vista regional, a economia goiana em 2010, registrou crescimento similar à média nacional, com previsão da taxa de crescimento do PIB para 2010 de aproximadamente 7,0%, representando um incremento bastante considerável em relação a 2009.

O setor industrial em Goiás, no fechamento do terceiro trimestre de 2010, comparado ao mesmo período do ano anterior, expandiu 12,3%, sinalizando um crescimento anual – 2010/2009 - de aproximadamente 13%. Já o setor agropecuário, apresenta-se em recuperação, com previsão de crescimento anual de 2,2%, sendo que este setor representou em 2010 o montante de 74% do total das exportações goianas. Vislumbra-se que a atividade agropecuária em Goiás continuará em crescimento, essencialmente favorecida pela elevação dos preços dos produtos agropecuários transacionados no mercado externo: soja, milho e boi gordo. O dinamismo do mercado permanecerá, com destaque para a atividade de serviços, agricultura (impactado pela maior produção de cana de açúcar), indústria de transformação (segmento de alimentos e bebidas) e setor de construção civil, que continuará a contribuir para maior geração de empregos em Goiás.

Segundo dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego, no período de janeiro a dezembro de 2010, foi gerado 59.062 empregos celetistas em Goiás, o melhor ano da série histórica, e o total de 82.935 novos postos de trabalho gerados no Estado de Goiás em 2010.

2 – AMBIENTE REGULATÓRIO

O Setor Elétrico em 2010 viveu momentos de grande turbulência e muita discussão sobre diversos pontos “críticos” que representaram mudanças estruturais no arcabouço legal que envolve os contratos de concessão e reestruturação tarifária do setor. Neste ano, foram consolidados os aditivos aos contratos de concessão das Distribuidoras de energia elétrica, objeto da Audiência Pública nº 043/2009. Tais aditivos alteram a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, que tem por objetivo assegurar a neutralidade da Parcela A dos encargos setoriais, repassando à modicidade tarifária os ganhos de receita advindos do crescimento de mercado.

Outro fato relevante foi a mudança ocorrida na legislação que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento, com a publicação da Resolução nº 414/2010, revogando-se a Resolução nº 456/2000, surgindo então novos critérios e procedimentos na gestão de fornecimento de energia elétrica e provocando impactos na estrutura operacional das empresas.

Destaca-se como questão de profundo impacto regulatório e que se encontra em fase de consolidação por intermédio da Audiência Pública nº 040/2010, a nova legislação para o estabelecimento das metodologias e critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Ainda no marco regulatório foi publicada a Resolução nº 396/2010, que instituiu a Contabilidade Regulatória com a finalidade de apresentar um modelo que permita a demonstração da realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência e que também assegure a manutenção das informações contábeis referentes à composição dos ativos vinculados à concessão face às eminentes alterações propostas com vistas à convergência das práticas contábeis brasileira às normas internacionais de contabilidade.

2.1 - Gestão Tarifária

A ANEEL, mediante Resolução Homologatória nº 1.056/2010, homologou o reajuste tarifário anual da CELG D, correspondendo a um reajuste médio de 11,34%. No entanto, em função de sua inadimplência com as obrigações intrassetoriais, encontra-se impossibilitada de reajustar suas tarifas, conforme art. 10, da Lei nº 8.631/93, alterada pelo art. 7º, da Lei nº 10.848/04.

Considerando que os critérios utilizados para cálculo dos componentes financeiros comprometem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a CELG D interpôs recurso administrativo na ANEEL, conforme processo nº 48500.003121/2010, que apresenta a proposta da empresa na condição de inadimplente, para definição dos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário. Este recurso encontra-se ainda em tramitação no Órgão Regulador sem o julgamento do mérito.

3 – GESTÃO COMERCIAL

3.1 - Evolução do Número de Clientes

Em 2010, a CELG D registrou 2.308.836 clientes cativos, representando crescimento de 4,32% em relação ao ano anterior, com incremento de 95.651 novos consumidores, dentre os quais, 85.721 residenciais, 4.399 comerciais e 4.417 da classe rural.

Tabela 1 - Número de consumidores cativos faturados por classe de consumo (2006-2010)

Classe	Número de Consumidores Cativos Faturados					Var % 2010/2009
	2006	2007	2008	2009	2010	
Residencial	1.653.908	1.705.600	1.777.757	1.815.954	1.901.675	4,72
Industrial ¹	13.181	12.055	11.606	10.362	10.762	3,86
Comercial	152.041	165.383	171.973	208.905	213.304	2,11
Rural	142.678	148.800	154.930	159.977	164.394	2,76
Outros	16.090	16.411	17.174	17.985	18.699	3,97
Total s/ Suprimento	1.977.898	2.048.249	2.133.440	2.213.183	2.308.834	4,32
Suprimento	3	2	2	2	2	0,00
Total c/ Suprimento	1.977.901	2.048.251	2.133.442	2.213.185	2.308.836	4,32

A redução do número de consumidores da classe industrial que vinha ocorrendo desde 2002 deve-se às reclassificações feitas por opção dos próprios consumidores, a exemplo daqueles que se transferiram para classe rural como resposta ao sinal tarifário mais barato. Esta tendência foi revertida em 2010, apresentando crescimento de 3,86%, da classe industrial, em relação a 2009.

3.2 - Comportamento do Mercado

No ano de 2010 o consumo de energia faturado do mercado cativo da CELG D apresentou crescimento de 9,53% em relação ao ano de 2009, demonstrando um ótimo desempenho, já que ao longo do ano de 2009, o mercado brasileiro de energia elétrica e, por consequência, o mercado goiano, sofreram forte impacto da crise financeira internacional.

A classe rural teve um crescimento de 18,93%, sendo 11,98% para a subclasse rural tradicional e 31,85% para a subclasse irrigante. A classe residencial teve em 2010 o maior crescimento registrado nos últimos 5 anos, sendo o seu consumo 10,16% superior a 2009. Registra-se que o crescimento do

residencial está ligado ao aumento da renda das famílias, acesso ao crédito e redução do IPI, fatos, que impulsionaram o consumo de eletrodomésticos.

O consumo da classe industrial fechou 2010 com um crescimento de 6,34%, e a classe comercial com 9%, impulsionados pelos incentivos de redução de IPI praticados pelo governo como forma de estimular o consumo, contribuindo fortemente para o bom desempenho do mercado.

O desempenho do consumo cativo faturado da CELG D por classe, dos consumidores livres e também do suprimento, pode ser analisado na Tabela a seguir.

Tabela 2 – Consumo de Energia (Cativo + Livres + Suprimento) em 2006-2010

CLASSES	CONSUMO – MWh					VARIAÇÃO - %
	2006	2007	2008	2009	2010	2010/2009
Residencial	2.557.020	2.681.889	2.812.687	2.965.147	3.266.288	10,16
Industrial	1.493.340	1.712.224	1.893.065	1.879.928	1.999.174	6,34
Comercial	1.263.349	1.410.212	1.534.177	1.698.365	1.851.223	9,00
Rural	818.661	1.002.590	1.003.761	950.603	1.130.564	18,93
<i>Tradicional</i>	522.701	581362	582.386	618.052	692.103	11,98
<i>Irrigação</i>	295.960	421228	421.375	332.551	438.461	31,85
Demais Classes	1.040.396	1.066.650	1.087.320	1.124.802	1.193.204	6,08
Mercado Cativo Total	7.172.766	7.873.565	8.331.010	8.618.845	9.440.453	9,53
Consumidores Livres¹	629.206	688.649	685.216	663.764	737.013	11,04
Cativo + Livre	7.801.972	8.562.214	9.016.226	9.282.609	10.177.466	9,64
Suprimento	61.645	70.791	74.380	74.531	84.032	12,75
Total Faturado	7.234.411	7.944.356	8.405.389	8.693.376	9.524.485	9,56

¹Atendido por outras concessionárias

O consumo residencial da CELG D em 2010 apresentou variação positiva em todas as dez microrregiões pesquisadas. A maior ocorreu na região Nordeste, com uma taxa de 76,82%, enquanto a menor ocorreu na Sudeste, com 5%. A região Metropolitana, que sozinha responde por quase 46% de todo o consumo residencial faturado pela CELG D, teve seu total acrescido em 8,31%.

O consumo industrial faturado apresentou crescimento de 6,34% em 2010, recuperando-se dos efeitos da crise financeira mundial ocorrida em 2009. As regiões que mais cresceram foram a Nordeste e a Sudeste com variações de 39,99% e 17,16% respectivamente.

O consumo comercial fechou o ano com um crescimento de 9%, com destaque para as regiões: Nordeste 54,36%, Oeste 26,9%, Norte 13,74%.

O consumo da classe Rural faturado pela CELG D, que também sofreu com os efeitos da crise recuperou-se fortemente com crescimento de 18,93% em 2010. A região Nordeste foi a que apresentou o maior crescimento, 85,41%, seguida pela região do Entorno, com 28,4%.

4 – INVESTIMENTOS

Em 2010, o volume de investimentos da CELG D, totalizou um montante de R\$ 154.427 mil, apresentando queda de 29,22%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 3 - Evolução dos investimentos

Área de Aplicação	2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009
Transm. associada a Distrib. SEs	37.636	36.753	46.195	34.548	29.358	(15,02)
Transm. associada a Distrib. LTs	19.952	11.282	8.823	22.047	9.687	(56,06)
Distribuição Linhas e Redes	122.829	116.198	121.594	122.507	81.484	(33,49)
Outros	13.737	38.598	53.467	39.069	33.898	(13,24)
Total	194.155	202.830	230.079	218.171	154.427	(29,22)

Os investimentos realizados no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica Luz Para Todos (PLPT) foi da ordem de R\$ 17.858 mil, que mesmo tendo registrado queda, ainda apresenta uma contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões atendidas.

4.1 - Expansão de Rede

Os principais ativos elétricos da CELG D estão sintetizados na Tabela a seguir.

Tabela 4 - Principais Ativos Elétricos

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009
Linhas de Subtransmissão - LT (km) *	6.003	5.382	5.385	5.457	5.462	0,10
Subestações - SE (un) *	305	295	297	332	332	0,00
Potência Instalada (MVA) *	5.775	4.026	4.192	5.940	6.146	3,46
Rede de Distribuição Urbana - RDU (km) **	41.968	36.660	52.942	56.548	57.740	2,11
Rede de Distribuição Rural - RDR (km) **	144.989	141.981	132.647	136.422	138.907	1,82
Transformadores de Distribuição (un)	167.852	178.178	188.034	195.994	199.785	1,93

* Em 2007, a redução decorreu da desverticalização da geração e transmissão que foram transferidos para a CELG G&T.

** Em 2007, devido à Nota Técnica N°. 352/2007 da Aneel, foi implementada a metodologia que separa as redes Celg em Urbano e Rural, através da plataforma GIS, diminuindo o quantitativo de redes rurais e aumentando o de redes urbanas.

Dentro do Programa de Obras de melhoria da CELG D, foram concluídas ou encontram-se em andamento as seguintes obras:

Quadro 1 - Linhas de Subtransmissão - Concluído

Especificação	Tensão	Extensão	Estruturas	Valor x Mil
LT Carajás – (Independência – Goyá) – implantação	2 x 138kV	2,8920	36,00	4.611
Total		5,7840	36,00	4.611

Quadro 2 - Linhas de Distribuição - Concluídas

Nome da obra	Valores X Mil
Ampliação SE Catalão	1.400
Ampliação SE Cepaigo	4.315
Ampliação SE Independência	4.629
Ampliação SE Jataí	383
Implantação SE Nova Crixás	6.031
Ampliação SE São Domingos	1.132
Ampliação SE Serra Azul	3.841
Ampliação SE Serra de Caldas	112
Ampliação SE Serra do Ouro	1.003
Ampliação SE Serra do Ouro	683
Total	23.528

Quadro 3 - Subestação de Subtransmissão - Em andamento

Nome	Valor x Mil
Ampliação SE Alto Buriti	5.836
Ampliação SE Arenópolis	258
Ampliação SE Barro Alto	959
Melhoria SE Barro Alto	716
Ampliação SE Bela Vista	4.448
Melhoria SE Brasília Sul	360
Ampliação SE Calda Novas	1.236
Ampliação SE Carajás	521
Ampliação SE Carajás	5.464
Ampliação SE Catalão	1.558
Ampliação SE Cesarina	824
Implantação SE Cocalzinho (Fabrica de Corumbá)	2.082
Implantação SE Cristalina	2.289
Implantação SE DIMIC	10.668
Melhoria SE Emborcação	118
Implantação SE Edéia	766
Implantação SE Firminópolis	1.425
Adequação SE Flores	153
Ampliação SE Goianésia	2.071
Ampliação SE Goianira	4.373
Ampliação SE Inhumas	4.854
Ampliação SE Iporá	617
Ampliação SE Itaberaí	12.339
Ampliação SE Itapaci	1.099
Ampliação SE Itapuranga	3.724
Implantação SE Montividiu	8.913
Ampliação SE Palmeiras	475
Implantação SE Paraúna	7.801
Ampliação SE Pires do Rio	10.067
Ampliação SE Pirineus	1.544
Ampliação SE Pirineus	344
Ampliação SE Planaltina de Goiás	566
Adequação SE Planalto	60
Ampliação SE Porangatu	778
Ampliação SE Quirinópolis	1.009
Ampliação SE Real	3.167
Ampliação SE Rio Claro	1.191
Ampliação SE Rio Quente	6.565
Ampliação SE Rio Verde	924
Ampliação SE Rio Vermelho	4.061
Ampliação SE São Francisco de Goiás	4.256
Ampliação SE São João D' Aliança	258
Ampliação SE São João D' Aliança	538
Melhoria SE Serra da Mesa	744
Implantação SE Serra de Caldas	9.999
Total	132.018

Quadro 4 - Linhas de Transmissão - Em andamento

Especificação	Tensão (kV)	Extensão (km)	Estruturas	Valor x Mil
LT Atlântico - Campinas - recondutoramento	138	0,749	9	700
LT Carajás - (Atlântico-Campinas)	2 x 138	8,558	98	12.587
LT Catalão – Emborcação 2	138	44,899	165	10.834
LT Catalão – Fosfago (Goiásfertil) – desvio COPERBRAS	138	1,929	10	500
LT Inhumas - Itaberaí	138	50,103	212	15.289
LT Iporá - Arenópolis	69	2,936	84	1.016
LT Iporá - Montes Claros de Goiás (1º trecho)	2 x 69	6,101	68	5.302
LT Itapaci – Serra do Ouro 2	138	66,325	234	15.565
LT Morrinhos / Serra de Caldas - Rio Quente	2 x 69	7,522	38	2.696
LT Palmeiras - PIF-PAF	69	17,005	67	2.675
LT Pacaembu / Marajoara - Estrela D'alva	2 x 138	8,000	65	3.899
LT Pirineus - (Anápolis Universitário – Corumbá)	2 x 138	7,700	60	2.855
LT Pirineus -(Anápolis Universitário – Corumbá) - Ramal AMBEV	138	6,354	21	1.616
LT Planaltina - São João D' Aliança	138	0,600	2	171
LT Rio Vermelho - Cristalina	138	71,818	387	26.606
LT São João D' Aliança - Flores	138	0,600	2	171
LT Serra de Caldas - Corumbá - implantação	2 x 138	23,926	125	9.847
Total		325,13	1.647,00	112.327

4.2 - Modernização

4.2.1 - Gestão Estratégica

No ano de 2010 foi dada continuidade ao Planejamento Estratégico da CELG D, atendendo a diretriz de Conquistar o Equilíbrio Econômico-Financeiro. A revisão do mapa estratégico, contemplando os objetivos a alcançar a partir das ações com seus indicadores e metas para o cenário projetado para o período 2010-2013, contou com a mobilização da alta direção e do comitê estratégico da empresa.

4.2.2 – Gestão da Qualidade

Em 2010, a CELG D teve seu Sistema de Gestão da Qualidade recertificado de acordo com a norma NBR ISO 9001, pelo *Bureau Veritas Certification* (BVC). No ano de 2000, a CELG D obteve a sua 1ª certificação no Centro de Operação do Sistema – COS. Em 2007, foi feita a ampliação do Sistema para mais 27 áreas e seus respectivos processos. Durante todo este período, a cada 6 meses o SGQ é avaliado pela entidade certificadora, onde se verifica a aderência dos processos certificados com os requisitos normativos estabelecidos pela NBR ISO 9001. A certificação do escopo do SGQ foi feita pelo *Bureau Veritas Certification* com acreditação dos órgãos: INMETRO (Brasil) e ANAB (Estados Unidos). O SGQ da CELG D foi considerado pela equipe auditora como um Sistema de Gestão maduro, bem consolidado, uma equipe comprometida e pró-ativa que demonstra muito conhecimento técnico e preocupação com a satisfação do cliente.

4.2.3 - Gestão da Documentação

A política de Gestão Corporativa da Informação e Documentação Arquivística em elaboração vem estabelecendo uma melhora contínua nos procedimentos arquivísticos da empresa. Cotidianamente há uma significativa recuperação de acervos técnico, comercial, administrativo, como melhorias na formalização e formatação documental, aproximando-se de 5.000.000 de informações disponibilizadas

aos clientes internos e solicitações externas. A preocupação é a elaboração da Tabela de Temporalidade, do Plano de Classificação Documental, do Código de Classificação, com o controle e a preservação da documentação do arquivo digital e a certificação digital.

A Gestão da Informação e Documentação Arquivística na Empresa é um suporte estratégico às suas atividades de negócio e de relevância para a Política de Gestão da Qualidade, atuando nas áreas e processos pertencentes ao escopo certificado pela norma ISO 9001.

4.2.4 - Gestão da Tecnologia da Informação

A CELG D procurou, ao longo de 2010, manter a disponibilidade do ambiente central de processamento de dados, atuando de forma preventiva para impedir ou minimizar a indisponibilidade dos sistemas de informação. Entre as atividades operacionais e os projetos executados, destacam-se as operações de manutenção e suporte dos servidores de dados da empresa.

As atualizações nos sistemas são feitas para implementar dezenas de melhorias decorrentes das necessidades da área comercial, evolução e alterações de processos e aprimoramentos. As adequações são realizadas visando atender às várias portarias e resoluções publicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que trazem alterações quanto às condições gerais de fornecimento de energia elétrica. A Resolução 456/2000 da ANEEL foi substituída pela 414/2010, trazendo um grande impacto nos procedimentos comerciais e, por consequência, ao sistema da CELG D, principalmente naqueles que envolvem as áreas de faturamento e atendimento.

Entre os sistemas que integram a empresa, podemos citar alguns que ganharam destaque por sua importância e aprimoramento em 2010: SPED Contábil e Fiscal; Nota Fiscal Eletrônica integrada ao GSUP e ao SPED Fiscal; Desenvolvimento do Módulo GSUPIM; Desenvolvimento da Câmara de Compensação de Multas de Fornecedores; Desenvolvimento do Módulo GSUPIM, utilizando o código de barras.

Dentre os projetos previstos, estão as aquisições e instalações de servidores IBM Power P595, novo sistema de armazenamento de dados EMC Clarion CX4-960; a conclusão do trabalho de implantação do Sistema de Monitoramento da Rede de Dados, utilizando o utilitário Nagios; a migração do Banco de dados do CBill para o IBM Power P595.

Dentre as atualizações previstas para 2011, pode-se destacar a substituição gradativa de microcomputadores; a atualização de 5 servidores para Windows 2008 R2 no Farm Citrix e a realização de nova licitação para o serviço de impressão e envelopamento das faturas da CELG D.

4.2.5 - Gestão de Logística e Suprimento

Os materiais da CELG D estão localizados em diferentes Núcleos de Estocagem (NEs) da empresa, divididos conforme demonstrado na figura a seguir:

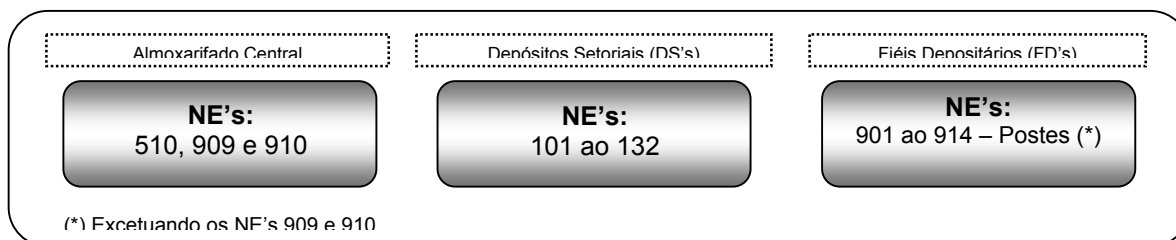


Figura 1: Divisão dos diferentes Núcleos de Estocagem (NE's)

Em 2010 foi implementado e disponibilizado aos usuários um novo módulo do sistema de suprimento da empresa, chamado GSUP-RG. Essa ferramenta possibilitou a geração e consulta de informações sobre os quantitativos de materiais a serem adquiridos com base em premissas matemáticas como a “previsão do consumo mensal”, os “tempos médios de aquisição” e os “limites dos níveis de estoque”, demonstrando, com isso, a utilização de um método científico e transparente para aquisição de materiais.

A partir do início do uso das ferramentas de gestão de estoque, houve uma grande redução no desembolso mensal realizada para o pagamento dos fornecedores de materiais. Durante o ano de 2010, foi possível notar que esta redução do desembolso financeiro manteve-se na média esperada.

Visando ainda a redução dos prejuízos financeiros e uma interação mais sólida com os projetos de responsabilidade socioambiental, no ano de 2010 foi aprovado o projeto de recuperação das sobras de cabos de alumínio através do processo de soldagem e retrefilamento. Com este processo foi possível retornar 60% das sobras para cabos em condições técnicas de utilização na rede elétrica de distribuição da CELG D, o que evitou novas aquisições desse tipo de material.

Complementando tal iniciativa foi elaborado Projeto Básico para contratação de empresa para recuperação dos cabos armazenados em carretéis danificados e indisponíveis nas áreas de estocagem da CELG D.

4.2.6 - Gestão de Licitações

Em 2010, a CELG D obteve uma redução de R\$ 34.013 mil com a compra de produtos e serviços por meio do pregão presencial, modalidade esta específica de licitação. A economia apresenta uma redução de 31,91%, entre o preço orçado de R\$ 140.620 mil e o valor pago de R\$ 106.607 mil. A modalidade de itens adquiridos vai desde transformadores à locação de veículos.

O total das licitações concluídas em 2010 corresponde a R\$ 126.853 mil, sendo que deste total, 84,04% correspondem à modalidade de pregão presencial, 15,52%, às licitações de obras e serviços e 0,17%, às alienações concluídas.

4.2.7 – Gestão da Operação

Em 2010, na área de Operação do Sistema foi integrada ao sistema CELG D a Subestação (St) Nova Crixás 69/34,5kV – 20MVA, melhorando o atendimento àquela região. Foram também ampliadas e/ou melhoradas a SE Independência, localizada em Aparecida de Goiânia, com a energização do 2º transformador 138/13,8kV – 33MVA, a SE Serra do Ouro – vão 69kV para Nova Crixás, a SE Carajás – 2 vãos de 138kV para interligação com a LT 138kV Goya – Independência, a SE Pires do Rio – energização do transformador 69/34,5kV – 20 MVA, reformulação da SE Cepaigo com a implantação de um transformador 69/13,8kV – 20MVA, novas saídas em 13,8kV e reformulação do setor de 69kV, ampliação da capacidade de transformação da SE Catalão com a implantação do novo transformador 138/13,8kV – 33MVA. Com estas obras o sistema CELG D passou a contar com 76% de suas

subestações totalmente digitalizadas e supervisionadas pelo Centro de Operação do Sistema em Goiânia. Os sistemas de qualidade implantados no COS e também no COD, incluindo as atividades de Pré-Operação, Tempo Real e Pós-Operação foram recertificados em 2010 pela NBR ISO 9001:2008. Tanto COS quanto COD mantêm normatizados e sob rigoroso controle por meio de indicadores, todos os processos inerentes a cada setor.

4.2.8 - Gestão da Manutenção

Visando modernizar seus setores de manutenção, a CELG D solicitou o desenvolvimento de sistema informatizado de gerenciamento e manutenção de equipamentos, além de renovar sua frota de veículos, já que a antiga frota estava com alto estado de desgaste. Para promover uma maior agilidade nas ações de manutenção e emergência foi solicitado um caminhão com guindauto e capacidade de movimentação de 15T.

No intuito de atender a notificação da AGR e do setor de segurança, foram executadas reformas de 26 subestações e 14 bancos reguladores, para adequação a norma NBR 14039/2003. E, no intuito de agilizar as obras de investimento, foram solicitadas contratações de unidades de serviço – USs

4.3 - Universalização

Em 2010, a CELG D continuou a execução da universalização da energia na zona rural do Estado de Goiás com o Programa Luz para Todos, o qual apresentou um investimento acumulado, até 31.12.2010, na ordem de R\$ 271.683 mil.

O número de atendimentos realizados em 2010 foi de 2.454, com a cobertura de 1.524 km para redes AT e 7 km para rede BT.

4.4 - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2010 foram investidos R\$ 1.684 mil em produtos tecnológicos, destacando-se os projetos a seguir:

Ciclo 2006/2007 e 2007/2008

- Avaliação em tempo real do grau de exposição do sistema de transmissão da CELG D às descargas atmosféricas e condições meteorológicas, dentro de um ambiente georreferenciado integrado;
- Sistema de Apoio à Tomada de Decisão Eficiente de Atendimento às Ocorrências;
- Aplicação de Equações de Fluxo de Potência e Curto Circuito no Ambiente de Banco de Dados georreferenciado;
- Paralelamente, desenvolveu-se metodologia visando a projeção de mercado e carga para a área de concessão da CELG D, levando-se em conta suas características regionais.

4.5 - Eficiência Energética

Em 2010, a CELG D realizou no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE) apresentado a ANEEL, os seguintes projetos:

- 1 substituição do chuveiro elétrico por energia solar em conjuntos habitacionais de consumidores de baixa renda (2006/2007 e início da elaboração dos projetos de 2008 e 2010), com investimentos de R\$ 7.270 mil no ano de 2010;
- 2 eficiência energética em iluminação pública (ciclo 2004/2005), tendo como objetivo a substituição de 14.093 pontos de iluminação pública nos municípios de Formosa e Novo Gama, com investimentos de R\$ 1.558 mil no ano de 2010;
- 3 substituição do chuveiro elétrico por aquecimento solar em entidades assistenciais, com o objetivo de implantar projeto pioneiro, de cunho social, incentivando o uso do aquecimento solar em substituição ao chuveiro elétrico em 15 entidades assistenciais de Goiânia e entorno, com perspectiva de economia de energia de 268 MWh/ano e, de 1.579 kW de demanda retirada na ponta, investimentos de R\$ 27 mil em 2010;
- 4 efficientização das instalações elétricas de consumidores de baixo poder aquisitivo através da substituição de lâmpadas, chuveiro elétrico e melhoria das instalações elétricas em geral, por outros equipamentos e sistemas com resultados mais eficientes, visando também a regularização de consumidores clandestinos. Serão beneficiados 1.180 consumidores residenciais de baixo poder aquisitivo, prevendo a retirada de 580,56 kW de demanda de ponta e redução do consumo em 744,84 MWh/ano, com investimento de R\$ 189 mil em 2010;
- 5 projetos de cunho educacional, CELG D nas escolas, objetivando capacitar os professores das escolas públicas, dos ensinos infantil, fundamental e médio, no desenvolvimento de atividades educativas sobre o uso responsável e eficiente da energia elétrica, associada à educação ambiental, de forma a disseminar uma cultura de combate ao desperdício em unidade móvel. Foram investidos cerca R\$ 506 mil neste projeto e estima-se que em 2011 serão investidos cerca de R\$ 600 mil;
- 6 outro projeto de cunho educacional, o unidade móvel, está em fase de aquisição do caminhão e tem como objetivo desenvolver atividades complementares ao Projeto CELG D nas Escolas, que tem por base a Metodologia do PROCEL/Educação “A Natureza da Paisagem - Energia”, através de ações de difusão e sedimentação de conhecimentos, de forma interativa, sobre a energia elétrica e seu uso responsável/eficiente.

5 – GESTÃO OPERACIONAL

Em 2010, o desempenho do mercado da CELG D continuou tendo destaque, como vem ocorrendo nos últimos anos. Superou a média nacional de 7,8%, com um crescimento de 9,5%. A Tabela 6 reflete essa realidade quando compara número de clientes por empregado, vendas por cliente e vendas por empregados.

Tabela 5 - Indicadores Operacionais

	2006	2007	2008	2009	2010
Área de concessão (km2)	336.871	336.871	336.871	336.871	336.871
Número de Empregados	2.846	2.757	2.699	2.554	2.309
Número de Clientes por Empregados	695	743	790	867	1.000
Vendas por Clientes (MWh)	3.626	3.844	3.905	3.894	4.089
Vendas por Empregados (GWh)	2,74	3,11	3,34	3,63	4,09
Clientes por km2	5,9	6,1	6,3	6,6	6,9

Com o intuito de proporcionar qualidade nos serviços prestados e satisfação a seus clientes, a CELG D conta com uma força de trabalho diversificada e qualificada, conforme tabela a seguir:

Tabela 6- Indicadores Laborais

Força de Trabalho	2006	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009
Número de empregados efetivos	2.846	2.757	2.699	2.554	2.309	(9,59)
Número de empregados à disposição da CELG	15	15	15	9	13	44,44
Número de estagiários	523	687	680	635	713	12,28
Número de menores aprendiz	150	131	150	132	114	(13,64)
Número de terceirizados*	4.090	3.877	4.103	4.303	4.137	(3,86)

* Estão inclusos além dos trabalhadores terceirizados, aqueles correspondentes à prestação de serviços de terceiros.

5.1 - Qualidade no Fornecimento

Tendo como objetivos principais a satisfação dos clientes e o cumprimento das exigências da concessão, a CELG D não tem medido esforços na melhoria da qualidade do fornecimento.

Mesmo com restrição de recursos, tem se empenhado na busca dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL, atendendo aos limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, além do atendimento aos padrões de conformidade de tensão.

INDICADOR	2009	2010
DEC	25,35	20,51
FEC	21,06	15,91

Neste sentido, a CELG D manteve, em 2010, sua política de investimentos em equipamentos que permita a seletividade nos desligamentos e no controle de tensão, como religadores e reguladores de tensão. Ao mesmo tempo, a utilização de novos programas computacionais permitiu uma apuração mais consistente dos indicadores de continuidade, o que levou a um ganho financeiro significativo, com a redução das compensações obrigatórias por extrapolação dos padrões dos indicadores individuais (DIC, FIC e DMIC). Estes esforços foram recompensados pela queda significativa nos indicadores globais DEC e FEC, que refletem o desempenho de todos os conjuntos de unidades consumidoras.

5.2 - Gestão dos Contratos Terceirizados

No decorrer de 2010 foram realizados 41 (quarenta e uma) vistorias técnicas nas obras/serviços dos Departamentos Regionais, 90 (noventa) vistorias administrativas aprovando ou não a estrutura física da empresa solicitante de cadastramento ou renovação cadastral, além da análise de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) processos de cadastramento de empresas, verificando o acervo dos responsáveis técnicos e a experiência destes profissionais, através da apresentação de CAT para habilitar as empresas a prestarem serviços para a CELG D. Atualmente existem 135 (cento e trinta e cinco) empresas habilitadas nas diversas categorias cadastrais. Foram emitidos 206 (duzentos e seis)

Atestados de Capacidade Técnica para os fornecedores de obras/serviços terceirizados, que compõem a formação do acervo técnico dos seus profissionais e expedidas 120 (cento e vinte) Declarações de Nada Consta para fins de recadastramentos das firmas prestadoras de obra/serviços.

Observou-se que com a realização das vistorias técnicas, evoluiu muito a qualidade dos serviços prestados pelas fornecedoras de obras/serviços, para atender Normas e Padrões Técnicos adotados pela CELG D. Devido às avaliações que integram tais vistorias, os fornecedores de serviços já buscam atingir um nível de desempenho maior, priorizando a qualidade e oferecendo um serviço cada vez mais adequado, cujo objetivo inclui a satisfação dos clientes da CELG D.

5.3 - Gestão da Defesa do Patrimônio

Em defesa de seu patrimônio, a CELG D contou em 2010 com 242 vigilantes e 12 inspetores para atendimento a 150 postos, resultando na atuação de inúmeras atividades, entre elas a gestão de 380 processos que foram negociados e recebidos, perfazendo o total de R\$ 631 mil. Tais processos encontram-se inseridos no seguinte quadro, conforme segue:

Quadro 5 - Número de trabalhos realizados pelos supervisores e vigilantes

Registros de BO e TCO	Notificações	Inspeções	Cortes	Perícias	Diligências em processo administrativo	CAV – Controle de Acidentes de Veículos, registrados.
22	530	79	71	2	59	739

6 - GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A administração da CELG D vem desenvolvendo um conjunto de ações para a solução definitiva do saneamento e reequilíbrio das finanças da empresa.

6.1 - Indicadores Econômico-Financeiros

Os indicadores econômico-financeiros apresentados a seguir levam em consideração os resultados conforme as novas normas de contabilidade, dentro do processo de convergências das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. Dessa forma, o resultado de 2009 foi reapresentado para refletir essas mudanças e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Tabela 7 - Dados e Indicadores Econômico – Financeiros

Dados	2009	2010	Varição 2010/2009
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	3.316.382	3.594.091	8,37
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	2.028.294	2.163.746	6,68
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros)	838.983	841.383	0,29
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(192.363)	(123.321)	35,89
EBITDA (R\$ mil)	(14.906)	32.569	318,50
Lucro Líquido/Prejuízo - LL (R\$ mil)	(194.624)	(616.117)	(216,57)
Ativo Total - (R\$ mil)	5.786.152	5.929.815	2,48
Investimentos (R\$ mil)	218.171	154.427	(29,22)
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	5.895.830	6.809.315	15,49
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(109.678)	(879.501)	(701,89)

Não obstante as tarifas estarem congeladas nos patamares tarifários de 2006, face ao impeditivo legal do artigo 7º, da Lei nº 10.848/04, a Receita Operacional Líquida em 2010 teve crescimento de 6,68% comparada com o ano anterior, aumento este justificado pelo crescimento de 9,53% verificado no mercado cativo da distribuidora. O resultado só não foi mais expressivo tendo em vista as deduções à receita bruta que tiveram um acréscimo de 11,04% no período, devido aos encargos setoriais, sobretudo a Conta de Consumo de Combustível (CCC) e Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que tiveram acréscimos de 39,8% e 9,3%, respectivamente.

As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros) de 2010 totalizaram R\$ 841.383 mil, resultando em um aumento de 0,29%, quando comparado ao PMSO de 2009 reapresentado de R\$ 838.983 mil, ressaltando que em ambos existe uma despesa de construção embutida de R\$ 175.017 mil e R\$ 210.958 mil, respectivamente. Este ajuste contábil foi realizado em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção e teve um reflexo diretamente contra receita, sem qualquer margem de lucro em decorrência do término dos contratos de construção ser estimados. Excluindo-se o efeito desse ajuste contábil não recorrente, as despesas com PMSO registraram crescimento de 6,1% no período, devido às despesas com pessoal, em razão do pagamento de verbas rescisórias aos empregados que se desligaram em 2010 pelo Programa de Demissão Voluntária.

Apesar da elevação do PMSO em 2010, na rubrica Serviços de Terceiros houve redução de 4,43%, representando uma economia total de R\$ 15.663 mil e os itens que contribuíram com significativa redução foram mão de obra contratada (veículos) com 28,97%, processamento de dados com 31,12%, comunicação (telefone, telex, telegrafo, etc.) com 26,92%.

O Resultado do Serviço - EBIT, com a reapresentação das demonstrações de 2009 e ajustes em 2010, apresentou elevação de 35,89%, quando comparada ao ano de 2009 ajustados. Consequentemente, o EBITDA apresentou aumento de 318,50% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A CELG D apresentou, no exercício de 2010, um prejuízo líquido de R\$ 616.117 mil em comparação o prejuízo líquido de R\$ 194.624 mil ajustado do exercício de 2009, correspondente a um aumento do prejuízo de 216,57%. Sendo que R\$ 494.489 mil representam o prejuízo antes dos impostos e R\$121.628 mil correspondente à reversão dos créditos tributários anteriormente constituídos, vinculados à reavaliação dos ativos da empresa, que foram levados diretamente ao resultado de 2010.

6.2 - Receita de Fornecimento de Energia Elétrica

Tabela 8 – Número de Consumidores, Consumo e Receita de Fornecimento de Energia Elétrica

CLASSES	N.º CONSUMIDORES		MWH		R\$MIL		
	jan-dez/10	jan-dez/09	jan-dez/10	jan-dez/09	jan-dez/10	jan-dez/09	Var. % 2010/2009
Residencial	1.901.675	1.815.954	3.266.288	2.965.147	1.380.744	1.257.860	9,77%
Industrial	10.762	10.362	1.999.174	1.879.929	615.402	576.952	6,66%
Com. Serv. Outras Atividades	213.304	208.905	1.851.224	1.698.365	737.481	679.065	8,60%
Rural	164.394	159.977	1.130.563	950.604	220.828	196.555	12,35%
Poderes Públicos	15.823	15.215	350.188	323.441	126.771	117.683	7,72%
Iluminação Pública	610	557	503.617	484.226	119.612	122.035	-1,99%
Serviço Público	1.965	1.901	332.206	309.807	85.870	84.686	1,40%
Consumo Próprio	301	312	7.192	7.328	1.329	-	-
Fornecimento não faturado (liq.)	-	-	-	-	-	-	-
Total Fornecimento	2.308.834	2.213.183	9.440.452	8.618.847	3.288.037	3.034.836	8,34%
Suprimento	-	-	-	74.531	8.663	7.579	14,30%
TOTAL GERAL	2.308.834	2.213.183	9.440.452	8.693.378	3.296.700	3.042.415	8,36%

Em 2010 a Receita de Fornecimento de Energia Elétrica cresceu 8,34% para os consumidores cativos em relação a 2009, apesar da não aplicação do reajuste tarifário de 11,34% a partir de 12 de setembro de 2010.

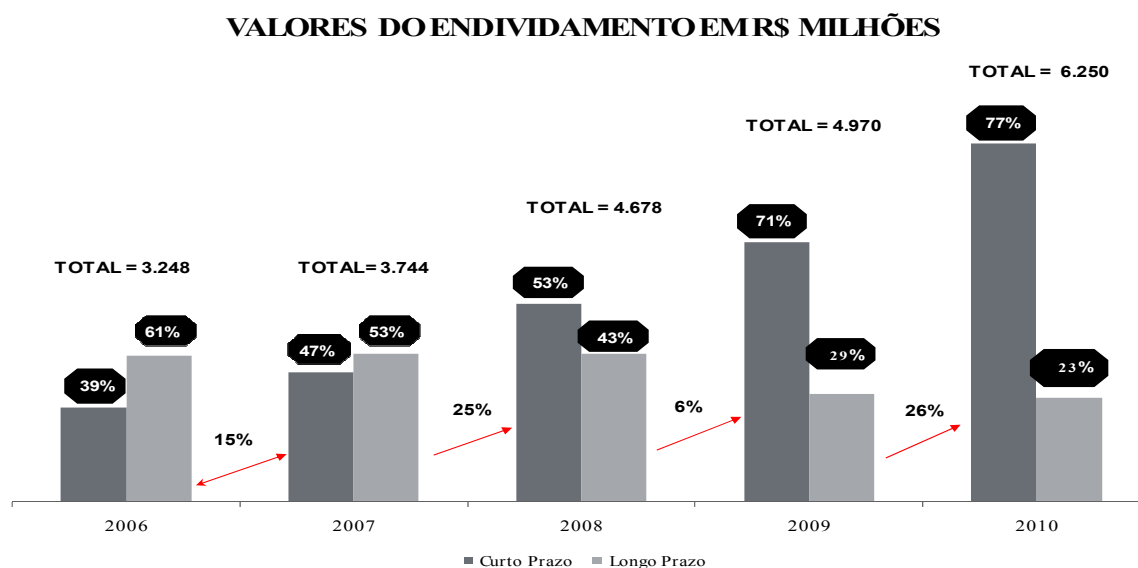
6.3 - Endividamento

O endividamento da CELG D em 2010, em se considerando as contas do passivo que realmente são dívidas, ou seja, excluindo CVA, provisões passivas, contingências, alguns repasses, tributos diferidos, etc., foi maior em 25,76%, fechando o ano com um valor de R\$ 6.249.810 mil, sendo que a maior parte

concentra-se no curto prazo, equivalente a 77,48% do total, com crescimento de 38,01%, enquanto o longo prazo, correspondente a 22,52%, decresceu 3,65%, em relação a 2009.

No curto prazo incluem as obrigações vencidas e vincendas, sendo que as vencidas ultrapassaram a cifra de R\$ 2.584.670 mil, e são relativas a encargos setoriais, suprimento de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, tributos e contribuições sociais, e outros.

Verifica-se que desde 2006, o endividamento da CELG D tem sempre crescido em mais de 10%, ao ano, com exceção do ano de 2009, que cresceu 6%, sendo que a partir de 2008 o endividamento de curto prazo ultrapassou o de longo prazo. Gráfico a seguir:



7 – CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 - Service Concession Arrangements, referente à contabilização das concessões de serviços públicos que, no Brasil, se referem à interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, além do não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem à Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade prevista no CPC 00 (IASB Framework).

A ANEEL considera estes ajustes impraticáveis do ponto de vista de representação do negócio das concessionárias e, neste sentido, divulgou a Resolução Normativa nº. 396, de 23 de fevereiro de 2010, que instituiu a Contabilidade Regulatória.

Conforme o Despacho ANEEL Nº. 4.097, de 30 de dezembro de 2010, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício de caráter regulatório deverão integrar o Relatório da Administração, sendo a conciliação da Contabilidade Regulatória e Societária apresentada a seguir:

**Balanço Patrimonial - Regulatório
(em milhares de reais)**

Balço Patrimonial	31/12/2010	Ajustes	31/12/2010	31/12/2009	Ajustes	31/12/2009
	Regulatório	regulatórios	Societário	Regulatório	regulatórios	Societário
ATIVO						
CIRCULANTE						
Ativo Regulatório	39.463	(39.463)	-	22.790	(22.787)	3
Outros (não afetados)	1.287.805	-	1.287.805	1.396.561	-	1.396.561
Soma do Circulante	1.327.268	(39.463)	1.287.805	1.419.351	(22.787)	1.396.564
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Ativo Regulatório	884.283	(884.283)	-	624.851	(624.851)	-
Ativo Financeiro	-	1.034.188	1.034.188	-	1.199.385	1.199.385
Outros (não afetados)	2.795.634	-	2.795.634	2.276.036	-	2.276.036
Investimentos	7.933	-	7.933	7.841	-	7.841
Imobilizado	1.800.576	(1.707.914)	92.662	2.068.209	(1.983.271)	84.938
Intangível	15.327	696.266	711.593	14.712	806.676	821.388
Soma do não Circulante	5.503.753	(861.743)	4.642.010	4.991.649	(602.061)	4.389.588
TOTAL DO ATIVO	6.831.021	(901.206)	5.929.815	6.411.000	(624.848)	5.786.152
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Passivo Regulatório	9.639	(9.639)	-	5.446	(5.446)	-
Outros Passivos não afetados	4.496.850	-	4.496.850	3.527.620	-	3.527.620
soma do circulante	4.506.489	(9.639)	4.496.850	3.533.066	(5.446)	3.527.620
NÃO CIRCULANTE						
Passivo Regulatório	501.882	(501.882)	-	379.611	(379.611)	-
Outros Passivos não afetados	2.312.466	-	2.312.466	2.368.210	-	2.368.210
Soma do não Circulante	2.814.348	(501.882)	2.312.466	2.747.821	(379.611)	2.368.210
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REC.DEST.AUMENTO CAPITAL						
Outros não afetado	766.697	-	766.697	980.000	-	980.000
Prejuízos Acumulados	(1.256.513)	(389.685)	(1.646.198)	(849.887)	(239.791)	(1.089.678)
	(489.816)	(389.685)	(879.501)	130.113	(239.791)	(109.678)
TOTAL DO PASSIVO	6.831.021	(901.206)	5.929.815	6.411.000	(624.848)	5.786.152

O Patrimônio Líquido da CELG D teve variação negativa e um dos fatores que contribuíram para a inversão do PL foi a transferência de R\$ 629.476 mil referentes aos ajustes dos Ativos e Passivos Regulatórios e baixa da reserva de reavaliação vinculada ao ativo imobilizado.

Como pode ser observado na Demonstração do Resultado a seguir, outro fator que contribuiu significativamente para mencionada variação negativa, foi a reversão do crédito tributário anteriormente constituído com base em projeções econômicas, que demonstravam lucratividades futuras suficientes para a realização do correspondente crédito tributário, conforme definido na Instrução CVM Nº 371, de 27 de junho de 2002.

Demonstração do Resultado do Exercício - Regulatório
(em milhares de reais)

Demonstração do Resultado	31/12/2010	Ajustes	31/12/2010	31/12/2009	Ajustes	31/12/2009
	Regulatório	regulatórios	Societário	Regulatório	regulatórios	Societário
RECEITAS OPERACIONAIS	3.333.671	260.420	3.594.091	3.107.161	(1.737)	3.316.382
(-)Deduções a receita						
Impostos sobre vendas	(1.205.082)	-	(1.205.082)	(1.097.995)	-	(1.097.995)
Encargos do Consumidor	(181.537)	(43.726)	(225.263)	(187.652)	(2.441)	(190.093)
Receita operacional líquida	1.947.052	216.694	2.163.746	1.821.514	(4.178)	2.028.294
DESPESAS OPERACIONAIS						
Custo do serviço de energia elétrica	(989.103)	(173.249)	(1.162.352)	(920.043)	(94.153)	(1.014.196)
Custo de operação e manutenção	(628.400)	(178.876)	(807.276)	(643.234)	(210.958)	(854.192)
Despesas Gerais e Administrativa	(317.437)	-	(317.437)	(352.269)	-	(352.269)
Resultado do Serviços	12.112	(135.431)	(123.319)	(94.032)	(309.289)	(192.363)
Receitas Financeiras	670.549	(41.309)	629.240	605.061	(26.590)	578.471
Despesas Financeiras	(1.012.659)	26.845	(985.814)	(583.423)	21.331	(562.092)
Resultado Financeiro	(342.110)	(14.464)	(356.574)	21.638	(5.259)	16.379
Outros Resultados	(14.596)	-	(14.596)	(18.640)	-	(18.640)
RESULTADO OPERACIONAL	(344.594)	(149.895)	(494.489)	(91.034)	(314.548)	(194.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(121.628)	-	(121.628)	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(466.222)	(149.895)	(616.117)	(91.034)	(314.548)	(194.624)

8 – GESTÃO DE PESSOAS

A CELG D entende que a implementação de ações na área de gestão de pessoas propicia o conhecimento, comprometimento, integração e subsídio para a gestão das competências individuais e organizacionais, visando à satisfação dos seus colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades.

Foram desenvolvidas ações de melhoria focadas na capacidade de transformar conhecimentos, habilidades e atitudes em resultados, destacando-se a continuidade da excelência dos serviços prestados de pessoal, da avaliação de competências e resultados, do desenvolvimento e treinamento, da aplicação do resultado da avaliação constante do PCR – Plano de Carreira e Remuneração, da qualidade de vida e da segurança no trabalho.

Considerando a necessidade de aproximar-se dos parâmetros da ANEEL, em relação à Empresa de Referência, bem como às suas necessidades de recuperação econômica, atendendo determinações constantes da Resolução 056/09 foi reaberto o Programa de Desligamento Voluntário (PDV). A adesão total foi de 486 empregados e os desligamentos têm sido feitos conforme cronograma de desligamento definido pela diretoria.

8.1 - Carreira, Remuneração e Avaliação

Em 2010 foi iniciado o Programa de Gestão do Conhecimento informatizado, em fase de aprimoramento para implantação ainda em 2011, que permitirá também identificar talentos e possíveis sucessões, valorizando o capital humano da empresa. No ano de 2010, a CELG D apresentou um quadro de 2.309 empregados, 713 estagiários e 114 Pró-Cerrados, os dois últimos alinhados à responsabilidade social inserida nos valores desta empresa.

Foi iniciada a 3ª revisão do PCR - Plano de Carreira e Remuneração, bem como a atualização do Dimensionamento de Pessoal, reafirmando o compromisso da empresa com as melhores práticas de gestão, o que também acarretará em melhoria dos procedimentos internos e melhores perspectivas dos empregados quanto à carreira e progressão funcional.

A Avaliação 2010, por sua vez, além da informatização, também foi aperfeiçoada com o objetivo de atender às necessidades da empresa. Assim, foram beneficiados 158 empregados por progressão em função da antiguidade e 1227 por mérito.

8.2 - Capacitação e Desenvolvimento

Em 2010 foram realizados 179 treinamentos, o que contemplou 2.792 participantes, sendo os de maiores participações: Aperfeiçoamento de Eletricista em Rede de Distribuição Compacta e Multiplexada (163), CIPA (146), Curso de Capacitação para os Operadores de Distribuição (13), Desenvolvendo as Competências para o Atendimento ao Cliente (174), Estatística de Acidente de Trabalho NBR 14.280 (39), Fundamentos da Operação de Equipamentos de Distribuição (34), Noções Básicas para Equipamento de Medição (54), Resolução 414/2010 da ANEEL (700), Curso Prático de Contratações Públicas (30), Interpretação da Norma ISO 9001:2008 (28), ISO 14001:2004 – Interpretação de Requisitos e Formação de Auditores Internos (14).

9 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A área de concessão da CELG D abrange grande parte do território goiano, formado predominantemente pelo bioma cerrado, rico em fauna, flora e recursos hídricos. Como indutora do desenvolvimento do Estado, esta empresa tem responsabilidade de implantar seus empreendimentos de maneira sustentável.

10 – AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 381, de 14.01.2003, a CELG D informa que a empresa de auditoria externa BDO Auditores Independentes, responsável pelos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras, realizou outros serviços a esta concessionária que não os de auditoria externa, conforme a seguir:

Data da contratação: 27/10/2010

Prazo de Duração: 45 dias

Natureza do serviço prestado: consultoria e assessoria econômica ou financeira

Valor total dos honorários contratados: R\$ 15,9 mil

Percentual em relação aos honorários de serviços de auditoria externa: 8,82%

Objetivo: revisão da prestação de contas da CELG Distribuição S/A. do Programa Luz para Todos (PLPT) perante a Eletrobrás

Justificativa da exposição: a prestação desses serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Goiânia, 31 de dezembro de 2010.

A Administração.

11 – BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual / 2010¹

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)-REAPRESENTADO		
Receita líquida (RL)	2.163.746			2.028.294		
Resultado operacional (RO)	(479.893)			(175.984)		
Folha de pagamento bruta (FPB) ²	319.604			320.684		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	18.693	5,85%	0,86%	17.837	5,56%	0,88%
Encargos sociais compulsórios	66.502	20,81%	3,07%	69.772	21,76%	3,44%
Previdência privada	8.834	2,76%	0,41%	9.237	2,88%	0,46%
Saúde	6.290	1,97%	0,29%	6.081	1,90%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	267	0,08%	0,01%	550	0,17%	0,03%
Educação ³	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	736	0,23%	0,03%	737	0,23%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	485	0,15%	0,02%	492	0,15%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros ³	13.778	4,31%	0,64%	13.186	4,11%	0,65%
Total - Indicadores sociais internos	115.584	36,16%	5,34%	117.891	36,76%	5,81%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	29	-	0,00%	171	-	0,01%
Cultura	0	-	0,00%	100	-	0,00%
Saúde e saneamento	0	-	0,00%	0	-	0,00%
Esporte	0	-	0,00%	0	-	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	-	0,00%	0	-	0,00%
Outros	0	-	0,00%	0	-	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	29	-	0,00%	271	-	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.610.010	-	74,41%	1.294.213	-	63,81%
Total - Indicadores sociais externos	1.610.039	-	74,41%	1.294.484	-	63,82%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação da empresa	170	-	0,01%	155	-	0,01%
Investimento no Programa Luz para Todos ⁴	17.858	-	0,83%	30.864	-	1,52%
Programas de pesquisa e eficiência energética ⁴	11.396	-	0,53%	9.310	-	0,46%
Total dos investimentos em meio ambiente	29.424	-	1,36%	40.328	-	1,99%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período ⁵	2.423			2.686		
Nº de admissões durante o período ⁶	1			1		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	4.137			4.303		
Nº de estagiários(as)	713			635		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.916			1.278		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	308			352		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,35%			18,07%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	99			116		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,63%			1,33%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	32			37		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,15			15,14		
Número total de acidentes de trabalho	35			42		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 15.1279	no Procon 97	na Justiça 923	na empresa 70.112	no Procon 170	na Justiça 391
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 10%	na Justiça 12%	na empresa 100%	no Procon 10%	na Justiça 12%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 2.269.136			Em 2009: 1.936.123		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	70,95% governo 12,6% colaboradores(as) 0% acionistas 43,59% terceiros (27,6%) retido			66,97% governo 13,92% colaboradores(as) 0% acionistas 29,16% terceiros (10,05%) retido		
7 - Outras Informações						

Notas: ¹ Informações não auditadas;

² A folha de pagamento bruta inclui os pagamentos referentes ao Programa Menor Aprendiz, item contabilizado como outras despesas no demonstrativo de resultados;

³ Os gastos com Estagiários foram transferidos do item Educação para o item Outros;

⁴ Os itens Programa Luz para Todos e Programas de pesquisa e eficiência energética mudaram de Indicadores Sociais Externos para Indicadores Ambientais;

⁵ O nº total de empregados também contempla o quantitativo dos Menores Aprendizes.

⁶ Diretor (cargo de confiança).



CNPJ Nº 01.543.032/0001-04

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

ATIVO		NOTA	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
				REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	97.602	77.310	112.730	
Consumidores, Concessionários e Permissionários	6	669.608	618.132	591.362	
Devedores Diversos	7	163.493	125.808	71.140	
Serviços em Curso	8	52.712	42.256	29.099	
Contas a Receber - Estado de Goiás	9	17.045	318.206	245.475	
Outros Créditos	10	361.552	264.908	201.462	
Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	6.2	(98.666)	(66.988)	(40.726)	
Estoques		24.459	16.932	16.711	
		1.287.805	1.396.564	1.227.253	
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Consumidores	6	307.253	287.353	259.971	
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	11	997	997	19.600	
Devedores Diversos	7	16.585	27.529	87.801	
Contas a Receber - Estado de Goiás	9	1.924.942	1.317.092	1.293.237	
Ativo Financeiro - bens da concessão	12.a	1.034.188	1.199.385	1.184.832	
Créditos Fiscais	13	481.132	582.880	538.223	
Bens e Direitos Destinados à Alienação	14	41.350	31.023	1.529	
Outros Créditos	10	23.375	29.163	-	
Investimentos	15	7.933	7.841	7.841	
Imobilizado	16	92.662	84.938	86.122	
Intangível	12.b	711.593	821.387	835.411	
		4.642.010	4.389.588	4.314.567	
TOTAL DO ATIVO		5.929.815	5.786.152	5.541.820	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA

José Eliton de Figuerêdo Júnior
Presidente
CPF-587.235.521-15

José Fernando Navarrete Pena
Diretor
CPF-303.118.703-63

Bráulio Afonso Morais
Diretor
CPF-082.965.101-20

Humberto Eustaquio Tavares Correa
Diretor
CPF-061.055.481-68

Orion Andrade de Carvalho
Diretor
CPF-189.252.271-34

Dionízio Jerônimo Alves
Contador-CRC-Go/7.364
CPF-082.849.031-72

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
 (Em milhares de reais)

PASSIVO

	NOTA	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
				REAPRESENTADO	REAPRESENTADO		
CIRCULANTE							
Fornecedores	17	1.448.499		1.213.038		1.069.125	
Folha de Pagamento		9.203		9.759		6.265	
Encargos de Dívidas	18	210.531		221.176		186.411	
Tributos e Contribuições Sociais	19	1.021.434		697.790		305.732	
Empréstimos e Financiamentos	18	330.592		351.151		412.249	
Taxas Regulamentares	20	1.327.880		919.859		618.375	
Credores Diversos	21	42.064		32.742		31.698	
Outros	22	106.647		82.105		85.178	
		<u>4.496.850</u>		<u>3.527.620</u>		<u>2.715.033</u>	
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	17	105.125		184.531		355.290	
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	11	997		997		997	
Empréstimos e Financiamentos	18	494.293		519.564		752.855	
Tributos e Contribuições Sociais	19	61.924		97.289		155.983	
Taxas Regulamentares	20	736.628		650.097		728.849	
Obrigações Estimadas	23	510.504		569.665		532.576	
Provisões para Contingências	24	394.218		337.436		220.812	
Outros	22	8.777		8.631		6.479	
		<u>2.312.466</u>		<u>2.368.210</u>		<u>2.753.841</u>	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REC.DEST.AUMENTO CAPITAL							
Capital Realizado	25	390.419		390.419		390.419	
Reservas de Reavaliação		341.828		555.131		617.723	
Prejuízos acumulados		(1.646.198)		(1.089.678)		(957.646)	
		<u>(913.951)</u>		<u>(144.128)</u>		<u>50.496</u>	
Recursos Destinados a Aumento de Capital		34.450		34.450		22.450	
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.929.815</u>		<u>5.786.152</u>		<u>5.541.820</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

 José Eliton de Figuerêdo Júnior
 Presidente
 CPF-587.235.521-15

 José Fernando Navarrete Pena
 Diretor
 CPF-303.118.703-63

 Bráulio Afonso Moraes
 Diretor
 CPF-082.965.101-20

 Humberto Eustaquio Tavares Correa
 Diretor
 CPF-061.055.481-68

 Orion Andrade de Carvalho
 Diretor
 CPF-189.252.271-34

 Dionizio Jerônimo Alves
 Contador-CRC-Go/7.364
 CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2010	31/12/2009
			REAPRESENTADO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Fornecimento de Energia Elétrica	26	3.288.037	3.034.836
Suprimento	26	8.663	7.579
Disponibilização do Sistema de Distribuição		-	4.462
Receita de Construção	27	175.016	210.958
Outras Receitas		122.375	58.547
		3.594.091	3.316.382
(-) DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
ICMS		(887.964)	(810.038)
PIS		(56.461)	(51.268)
COFINS		(260.064)	(236.145)
ISS		(593)	(544)
Quota p/ RGR		(13.087)	(16.525)
Programa de Eficiência Energética		(9.625)	(8.771)
Quotas de CCC		(101.093)	(72.313)
Pesquisa e Desenv. e Eficiência Energética		(9.625)	(8.493)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(91.833)	(83.991)
		(1.430.345)	(1.288.088)
		2.163.746	2.028.294
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica comprada para Revenda	29	(994.778)	(864.114)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição	29	(167.574)	(150.082)
		(1.162.352)	(1.014.196)
CUSTO OPERACIONAL			
Pessoal e Administradores	30	(144.164)	(133.957)
Entidade de previdência privada		(3.791)	(5.485)
Materiais		(3.751)	(8.412)
Serviço de Terceiros		(262.344)	(285.000)
Depreciação/Amortização		(146.831)	(167.239)
Tributos		(5.757)	(3.876)
Provisão/Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(55.745)	(45.458)
Taxa de Fiscalização		(3.694)	(4.690)
Recuperação de Despesas		6.448	15.607
Custo de Construção		(175.016)	(210.958)
Outras		(12.631)	(4.724)
		(807.276)	(854.192)
		194.118	159.906
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	30	(317.437)	(352.269)
		(123.319)	(192.363)
RESULTADO DO SERVIÇO			
RECEITAS FINANCEIRAS			
Rendas		68.533	14.241
Variações Monetárias e Cambiais		439.147	551.691
Outras		121.560	12.539
		629.240	578.471
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Dívidas		(726.879)	(482.486)
Variações Monetárias e Cambiais		(254.304)	(57.954)
Outras		(4.631)	(21.652)
		(985.814)	(562.092)
		(356.574)	16.379
RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO OPERACIONAL			
OUTRAS RECEITAS		(479.893)	(175.984)
(-) DEDUÇÃO À OUTRAS RECEITAS		3.377	5.072
PIS		(58)	(86)
COFINS		(265)	(397)
		(323)	(483)
		3.054	4.589
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDA			
OUTRAS DESPESAS			
OUTROS RESULTADOS			
PREJUÍZO ANTES CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO RENDA			
Contribuição Social		(18.273)	
Imposto de Renda		(103.355)	
		(616.117)	(194.624)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ 1,00			
		(18,80)	(5,94)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA

 José Elton de Figueiredo Júnior
 Presidente
 CPF-587.235.521-15

 José Fernando Navarrete Pena
 Diretor
 CPF-303.118.703-63

 Bráulio Afonso Moraes
 Diretor
 CPF-082.965.101-20

 Humberto Eustaquio Tavares Correa
 Diretor
 CPF-061.055.481-68

 Orion Andrade de Carvalho
 Diretor
 CPF-189.252.271-34

 Dionízio Jerônimo Alves
 Contador-CRC-Go/7.364
 CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais)

	CAPITAL	RESERVAS	(PREJUÍZOS)	SUBTOTAL	RECUR.DEST.	TOTAL
	REALIZADO	DE REAVALIAÇÃO	ACUMULADOS		AUMENTO DE CAPITAL	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008-Reapresentado	390.419	617.723	(957.646)	50.496	22.450	72.946
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	12.000	12.000
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(194.624)	(194.624)	-	(194.624)
Reservas de Reavaliação	-	(62.592)	62.592	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009-Reapresentado	390.419	555.131	(1.089.678)	(144.128)	34.450	(109.678)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(616.117)	(616.117)	-	(616.117)
Reservas de Reavaliação	-	(213.303)	59.597	(153.706)	-	(153.706)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	390.419	341.828	(1.646.198)	(913.951)	34.450	(879.501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA

José Elton de Figuéredo Júnior
 Presidente
 CPF-587.235.521-15

José Fernando Navarrete Pena
 Diretor
 CPF-303.118.703-63

Bráulio Afonso Morais
 Diretor
 CPF-082.965.101-20

Humberto Eustaquio Tavares Correa
 Diretor
 CPF-061.055.481-68

Orion Andrade de Carvalho
 Diretor
 CPF-189.252.271-34

Dionizio Jerônimo Alves
 Contador-CRC-Go/7.364
 CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	3.309.686	3.072.862
Pagamentos:		
- Fornecedores	(1.505.485)	(1.308.499)
- Salários e Encargos	(263.237)	(242.251)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(152.731)	(142.719)
- Tributos	(1.038.193)	(804.647)
Resultado Financeiro	18.920	16.034
Fluxo de Caixa Operacional Líquido	368.960	590.780
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Caixa usado no Imobilizado	(96.647)	(183.249)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
- Resultado Não Operacional Líquido	(2.732)	(3.777)
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	262.513	122.913
- Pagamentos de Serviço da Dívida	(511.802)	(562.087)
Caixa Líquido do Período	20.292	(35.420)
Saldo inicial de Disponibilidades	77.310	112.730
Saldo final de Disponibilidades	<u>97.602</u>	<u>77.310</u>
	20.292	(35.420)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA

 José Eliton de Figueiredo Júnior
 Presidente
 CPF-587.235.521-15

 José Fernando Navarrete Pena
 Diretor
 CPF-303.118.703-63

 Bráulio Afonso Morais
 Diretor
 CPF-082.965.101-20

 Humberto Eustáquio Tavares Correa
 Diretor
 CPF-061.055.481-68

 Orion Andrade de Carvalho
 Diretor
 CPF-189.252.271-34

 Dionízio Jerônimo Alves
 Contador-CRC-Go/7.364
 CPF-082.849.031-72



CNPJ Nº 01.543.032/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		REAPRESENTADO
Receitas de vendas de energia e serviços	3.594.091	3.316.382
Receitas relativas à transf.p/contas patrimoniais	30.898	-
Provisão/Rever p/Créditos liq.duvidosa	(55.745)	(45.458)
Outros Resultados	(14.596)	(18.640)
Insumos		
Custo da energia elétrica comprada	1.162.352	1.014.196
Serviços de terceiros	337.812	353.478
Materiais	7.185	11.658
Outros custos operacionais	251.514	339.389
	<u>1.758.863</u>	<u>1.718.721</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.795.785	1.533.563
Quotas de reintegração	155.889	175.911
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.639.896	1.357.652
Receitas financeiras	629.240	578.471
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.269.136	1.936.123
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	230.779	212.281
Benefícios	40.785	42.064
FGTS	14.612	15.092
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	708.254	469.547
Estaduais	901.051	826.563
Municipais	705	544
Financiadores		
Juros e variações	985.814	562.092
Alugueis	3.253	2.564
Prejuízo do Exercício	(616.117)	(194.624)
TOTAL	2.269.136	1.936.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA

José Eliton de Figueiredo Júnior
Presidente
CPF-587.235.521-15

José Fernando Navarrete Pena
Diretor
CPF-303.118.703-63

Bráulio Afonso Morais
Diretor
CPF-082.965.101-20

Humberto Eustaquio Tavares Correa
Diretor
CPF-061.055.481-68

Orion Andrade de Carvalho
Diretor
CPF-189.252.271-34

Dionízio Jerônimo Alves
Contador-CRC-Go/7.364
CPF-082.849.031-72

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade Anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição e seu acionista controlador é a Companhia CELG de Participações - CELGP, constituída em 23 de março de 2007.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.308.836 clientes no Estado de Goiás, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 63, de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, CELG D e o acionista controlador, o qual permanece com seu termo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por mais um período de 20 anos.

A ANEEL editou em 08 de setembro de 2010 a Resolução Homologatória nº 1.056, a qual publicou resultado do reajuste anual das tarifas da Companhia, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 11,34%. No entanto por motivo da inadimplência com as obrigações intrassetorial não estão sendo aplicados os ajustes tarifários em conformidade com a legislação.

Com o objetivo de garantir a continuidade operacional da empresa, a atual administração estruturou e aprovou um Plano de Recuperação da CELG D, o qual contempla a execução integrada das etapas do Planejamento Estratégico, do Programa de Investimentos e do Plano de Reestruturação Financeira, descritos resumidamente a seguir:

1 - Planejamento Estratégico - Visa alcançar as melhores práticas de mercado (governança corporativa) e contempla o período de 2011-2015, fixando inclusive metas de redução dos gastos operacionais de forma aderente à empresa de referencia até 2014.

2 – Programas de Investimentos da CELG D - Prevê investimentos da ordem de R\$ 250.000 mil anuais para o período 2011-2020, visa o atendimento ao crescimento de mercado e o cumprimento das determinações dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST – Módulo 8 – Metas de continuidade.

3 – Plano de Reestruturação Financeira - em busca do equilíbrio econômico-financeiro da empresa a atual, administração juntamente com o acionista majoritário, vem atuando em negociações com bancos de investimento privados e estatais buscando a negociação e/ou liquidação dos passivos onerosos, regularização dos débitos intrassetoriais e aplicação do reajuste tarifário.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, bem como, as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A sociedade adotou todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC que se encontrava em vigor em 31 de dezembro de 2010, retroagindo os seus efeitos até 01 de janeiro de 2009, data de transição na qual foram preparados os balanços de abertura, quando aplicável.

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das novas práticas estão apresentados na Nota 4.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras da Sociedade requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, imprecisões inerentes ao processo de sua determinação podem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras no momento da liquidação das correspondentes transações.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou mudanças de circunstâncias assim o exigem.

Essas estimativas estão relacionadas principalmente ao registro de:

- (a) Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e o respectivo contas a receber;
- (b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- (c) Avaliação de ativos financeiros ao valor justo,
- (d) Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
- (e) Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a Imposto de Renda - IR e Contribuição Social diferidos.
- (f) Provisão para Contingências relativas às ações judiciais.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

A Companhia considera como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data do balanço.

3.3. Consumidores, concessionários e permissionários.

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, o uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício.

As contas a receber também incluem as vendas de energia realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.4. Contas a receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

3.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 6.2.

3.6. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição e não excedem o seu valor de mercado.

3.7. Baixa renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº 10.438/02.

3.8. Ativo Financeiro - Bens da Concessão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro será revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para setembro de 2013), o ativo financeiro poderá ser reconhecido ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

3.9. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição líquido de eventuais perdas ao valor recuperável quando existente e referem-se basicamente a bens destinados á uso futuro.

3.10. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis, interpretação técnica ICPC 01 e a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para cálculo da amortização a qual é totalmente recuperada.

3.11. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Companhia, os quais são classificados pela ANEEL como bens não elegíveis. Os mesmos estão registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio dos cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

3.12. Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Os riscos contingentes, devido à sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da sociedade. Neste contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a sociedade registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3.13. Provisão para férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

3.14. Benefícios a empregados

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores diversos planos de benefícios a empregados incluindo plano de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, entre outros. Todos estes benefícios estão contabilizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº 371/2000.

3.15. Apuração de resultado

- (a) A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Sociedade. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório (15,08% ao ano, antes dos impostos e 9,95% após os impostos): esta receita está incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção,

considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da CELG D.

(b) As despesas operacionais são reconhecidas em conformidade com o regime de competência.

3.16. PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, as alíquotas são de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custo e despesas operacionais, são apresentados como redutoras destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1 de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e também consideram a neutralidade fiscal as alterações contábeis ocorridas com a edição dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC no contexto da harmonização com as IFRS.

3.17. Imposto de renda e contribuição social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 instaurou para as companhias abertas, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (revogado a partir de 2010) e a segunda com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (à exceção do CPC 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

4.1. Isenções adotadas

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 43 – Adoção Inicial dos CP's nº15 ao nº 40, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos novos pronunciamentos contábeis.

4.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhida pela Companhia

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

- (a) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPC's. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

(b) Isenção relativa à aplicação retroativa da Interpretação Técnica 01 – Contratos de Concessão o CPC 37, com essa isenção, estende o benefício das disposições transitórias contidas no IFRIC 12 (ICPC 01 – Contratos de Concessão) para as entidades que adotam as IFRSs pela primeira vez. Assim, de acordo com o item 32 dessa Interpretação, caso seja impraticável para o concessionário a aplicação retrospectiva do IFRIC 12 no início do período mais antigo apresentado, as entidades que adotam a primeira vez têm a opção de:

- ✓ registrar os ativos financeiros e os ativos intangíveis existentes no início do período mais antigo apresentado;
- ✓ utilizar os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis (não importando a sua classificação anterior) como os seus valores contábeis naquela data; e
- ✓ testar o valor recuperável dos ativos financeiros e intangíveis reconhecidos naquela data, a menos que isso seja impraticável, sendo que nesse caso a perda de valor residual deve ser testada no início do período corrente.

4.3. Reconciliação do Balanço e da DRE de acordo com os novos pronunciamentos contábeis

Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia efetuou algumas reclassificações nos saldos publicados referentes aos balanços de primeiro de janeiro de dois mil e nove e trinta e um de dezembro de dois mil e nove e resultado de 2009, sem, contudo afetar a qualidade das informações apresentadas. Os ajustes nos Balanços Patrimoniais e na Demonstração do Resultado são os abaixo detalhados:

Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1/1/2009 e 31/12/2009:

		01/01/2009			
ATIVO	REFERÊNCIA	PRÁTICAS CONTÁBEIS ANTERIORES	EFEITOS DA MUDANÇA DE PRÁTICA		SALDO AJUSTADO
			RECLASSIFICAÇÃO	AJUSTES	
Consumidores, Concessionários e Permissionários	4.5.a	602.882		(11.520)	591.362
Ativos Regulatórios	4.5.b	18.276	(18.276)		-
Outros - não afetados		842.834			842.834
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.463.992	(18.276)	(11.520)	1.434.196
NÃO CIRCULANTE					
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Consumidores		259.971			259.971
Ativos Regulatórios	4.5.b / 4.5.c	389.540	18.276	(407.816)	-
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	4.5.d	-		1.184.832	1.184.832
Outros - não afetados		1.733.447			1.733.447
		2.382.958	18.276	777.016	3.178.250
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	4.5.d	7.841			7.841
INTANGÍVEL	4.5.d	2.080.533		(1.994.411)	86.122
		14.312		821.099	835.411
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.485.644	18.276	(396.296)	4.107.624
TOTAL DO ATIVO		5.949.636	-	(407.816)	5.541.820
PASSIVO					
Passivos Regulatórios	4.5.c	5.590		(5.590)	-
Outros - não afetados		3.179.588			3.179.588
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.185.178	-	(5.590)	3.179.588
NÃO CIRCULANTE					
Passivos Regulatórios	4.5.c	266.025		(266.025)	-
Outros - não afetados		2.289.286			2.289.286
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.555.311	-	(266.025)	2.289.286
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros - não afetados		1.030.592			1.030.592
Prejuízos Acumulados	4.5.e	(821.445)		(136.201)	(957.646)
		209.147		(136.201)	72.946
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		209.147	-	(136.201)	72.946
TOTAL DO PASSIVO		5.949.636	-	(407.816)	5.541.820

31/12/2009

	REFERÊNCIA	EFEITOS DA MUDANÇA DE PRÁTICA			SALDO AJUSTADO
		PRÁTICAS CONTÁBEIS ANTERIORES	RECLASSIFICAÇÃO	AJUSTES	
ATIVO					
Consumidores, Concessionários e Permissionários	4.5.a	640.919	3	(11.270)	618.132
Outros - não afetados		1.061.021			1.061.021
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.701.940	3	(11.270)	1.679.153
NÃO CIRCULANTE					
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Consumidores	4.5.c	289.089		(1.736)	287.353
Ativos Regulatórios	4.5.c	623.112		(215.296)	-
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	4.5.d	-		14.553	1.199.385
Outros - não afetados		1.706.097	(3)		1.706.094
		2.618.298	(3)	(202.479)	3.192.832
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	4.5.d	7.841			7.841
INTANGÍVEL	4.5.d	2.068.209		11.140	84.938
		14.712		(14.423)	821.388
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.709.060	(3)	(205.762)	4.106.999
TOTAL DO ATIVO		6.411.000	-	(217.032)	5.786.152
PASSIVO					
Passivos Regulatórios	4.5.c	5.446		144	-
Outros - não afetados		4.176.876			4.176.876
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.182.322	-	144	4.176.876
NÃO CIRCULANTE					
Passivos Regulatórios	4.5.c	379.611		(113.586)	-
Outros - não afetados		1.718.954			1.718.954
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.098.565	-	(113.586)	1.718.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros - não afetados		980.000			980.000
Prejuízos Acumulados	4.5.e	(849.887)		(103.590)	(1.089.678)
		130.113	-	(103.590)	(109.678)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.113	-	(103.590)	(109.678)
TOTAL DO PASSIVO		6.411.000	-	(217.032)	5.786.152

Reconciliação do Resultado do Exercício de 2009:

	Práticas contábeis anteriores	Efeito da mudança de prática	Saldos ajustados
REF.	31/12/2009		31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Fornecimento de Energia Elétrica	3.034.836		3.034.836
Suprimento	7.579		7.579
Disponibilização do Sistema de Distribuição	4.462		4.462
Receita de Construção	-	210.958	210.958
Outras Receitas	60.284	(1.737)	58.547
	3.107.161	209.221	3.316.382
(-)DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
ICMS	(810.038)		(810.038)
PIS	(51.268)		(51.268)
COFINS	(236.145)		(236.145)
ISS	(544)		(544)
Quota p/ RGR	(16.525)		(16.525)
Programa de Eficiência Energética	(8.771)		(8.771)
Quotas de CCC	(79.424)	7.111	(72.313)
Pesquisa e Desenv.e Eficiência Energética	(8.493)		(8.493)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(74.439)	(9.552)	(83.991)
	(1.285.647)	(2.441)	(1.288.088)
	1.821.514	206.780	2.028.294
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica comprada para Revenda	(793.484)	(70.630)	(864.114)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição	(126.559)	(23.523)	(150.082)
	(920.043)	(94.153)	(1.014.196)
CUSTO OPERACIONAL			
Pessoal e Administradores	(133.957)		(133.957)
Entidade de previdencia privada	(5.485)		(5.485)
Materiais	(8.412)		(8.412)
Serviço de Terceiros	(285.000)		(285.000)
Depreciação/Amortização	(167.239)		(167.239)
Tributos	(3.876)		(3.876)
Provisão/Reversão para Credito de Liquidação Duvidosa	(45.458)		(45.458)
Taxa de Fiscalização	(4.690)		(4.690)
Recuperação de Despesas	15.607		15.607
Custo de Construção	-	(210.958)	(210.958)
Outras	(4.724)		(4.724)
	(643.234)	(210.958)	(854.192)
	258.237	(98.331)	159.906
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativa	(352.269)		(352.269)
	(94.032)	(98.331)	(192.363)
RESULTADO DO SERVIÇO			
RECEITAS FINANCEIRAS			
Rendas	40.646	(26.405)	14.241
Variações Monetárias e Cambiais	551.876	(185)	551.691
Outras	12.539		12.539
	605.061	(26.590)	578.471
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Dívidas	(503.756)	21.270	(482.486)
Variações Monetárias e Cambiais	(58.015)	61	(57.954)
Outras	(21.652)		(21.652)
	(583.423)	21.331	(562.092)
	21.638	(5.259)	16.379
RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO OPERACIONAL			
OUTRAS RECEITAS			
	5.072		5.072
(-)DEDUÇÃO À OUTRAS RECEITAS			
PIS	(86)		(86)
COFINS	(397)		(397)
	(483)	-	(483)
	4.589	-	4.589
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDA			
OUTRAS DESPESAS			
	(23.229)		(23.229)
OUTROS RESULTADOS			
	(18.640)		(18.640)
PREJUÍZO ANTES CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO RENDA			
	(91.034)	(103.590)	(194.624)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
IMPOSTO DE RENDA			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
	(91.034)	(103.590)	(194.624)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ 1,00			
	(2,78)	-	(5,94)

4.4. Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetam as demonstrações financeiras da Companhia:

(a) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios foram objetos de ajustes.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC's foram reconhecidos contra lucros/prejuízos acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

(b) Custos de empréstimos (CPC 20) – A Companhia praticava a capitalização dos custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos.

O montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização é definido pela Companhia pela aplicação da taxa média ponderada sobre os gastos do ativo intangível em fase de construção.

(c) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar da concedente pelo uso da infraestrutura, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Não será calculado ajuste a valor presente do ativo financeiro.

Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

(d) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, conforme descrito na nota 27.

(e) Benefícios a empregados (CPC 33) – Este pronunciamento técnico fornece orientações sobre o reconhecimento, à mensuração e a evidência dos benefícios concedidos aos empregados.

(f) Reclassificações: De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

4.5. Os principais ajustes decorrentes das novas práticas são descritos assim:

(a) A participação financeira do consumidor registrada no contas a receber foi transferida para o grupo das obrigações vinculadas à concessão pendentes de recebimento nos valores de R\$ 11.520 e R\$ 11.270 correspondentes aos balanços de abertura de 01/01/2009 e o reapresentado de 31/12/2009 respectivamente.

(b) Reclassificação de ativos regulatórios do circulante para o não circulante, constante no Balanço de Abertura 01/01/2009.

(c) Os ativos e passivos regulatórios por não atenderem as definições de ativos e passivos constantes do CPC 00 estrutura conceituais Básica foram baixados e os valores envolvidos são os seguintes:

(d) Ajustes efetuados conforme ICPC-01 E OCPC-05 – Contratos de Concessão

Balanço Patrimonial Bifurcação do Imobilizado	31/12/2009	01/01/2009
	Reapresentado	Abertura
Ativo Financeiro Bens da Concessão	14.553	1.184.832
Ativo Intangível	(14.423)	821.099
Obrigações Vinculadas a concessão	(11.270)	(11.520)
Total Reclassificado	11.140	(1.994.411)
Ajuste	-	-

(e) Reconciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	Publicado 31/12/2009	Ajuste	Reapresentado 31/12/2009	Publicado 01/01/2009	Ajuste	Reapresentado 01/01/2009
Capital	390.419		390.419	390.419		390.419
Reserva	555.131		555.131	617.723		617.723
Prejuízo	(849.887)	(103.590)	(1.089.678)	(821.445)	(136.201)	(957.646)
Recurso	34.450		34.450	22.450		22.450
Total	130.113	(103.590)	(109.678)	209.147	(136.201)	72.946

Abaixo as rubricas que sofreram os respectivos ajustes:

Composição dos ajustes	31/12/2009	01/01/2009
Redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição - TUSD	(1.736)	-
Conta de Consumo de Combustível - CCC	4.428	(23.645)
Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(2)
Transporte de Energia Pela Rede Básica	(17.501)	(16.472)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	(2.490)	(37.953)
Repasse de Potência - Itaipu Binacional	4.908	19.709
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(16.751)	(53.135)
CVA Energia - (sobrecontratação)	259	4.347
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(13.432)	(13.092)
Custo de Aquisição de Energia - (CVA ENERGIA)	(51.142)	24.782
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	(122)	(91)
Majoração de Alíquota de Pis/Cofins	38	(2.328)
Outros	(10.049)	(38.321)
Total	(103.590)	(136.201)

4.6. Reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustados às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Reapresentação das ITRs Resultado	2010			2009		
	1º TRI	2º TRI	3º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI
Prejuízo Publicado	(188.470)	(267.991)	(327.000)	(25.012)	(15.399)	(4.586)
Ajuste:						
Desreconhecimento do Ativo Regulatório	(55.589)	(142.008)	(221.272)	(57.207)	(116.371)	(163.117)
Desreconhecimento do Passivo Regulatório	23.900	36.845	71.095	25.319	57.515	84.509
Prejuízo Reapresentado	(220.159)	(373.154)	(477.177)	(56.900)	(74.255)	(83.194)
Efeito Líquido	(31.689)	(105.163)	(150.177)	(31.888)	(58.856)	(78.608)

Reapresentação das ITRs Patrimônio Líquido	2010			2009		
	1º TRI	2º TRI	3º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI
Patrimônio Líquido Publicado	(92.807)	(172.328)	(231.337)	161.685	202.096	182.110
Ajuste no Trimestre anterior	(239.791)	(271.480)	(344.954)	(136.201)	(168.089)	(195.057)
Ajuste no resultado do período	(31.689)	(73.474)	(45.014)	(31.888)	(26.968)	(19.752)
Patrimônio Líquido Reapresentado	(364.287)	(517.282)	(621.305)	(6.404)	7.039	(32.699)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e depósitos bancários à vista	51.515	61.445	77.172
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
- Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.699	4.897	35.004
- Fundos de investimento	32.388	10.968	554
Total	97.602	77.310	112.730

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras nacionais, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS.

CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
CIRCULANTE				
Consumidores				
- Faturados		424.777	394.323	383.538
- Não Faturados		76.380	75.051	69.504
- Acréscimos Moratórios		62.998	49.074	52.582
- Efeitos do Regime Especial de Tarifação		909	931	964
- Encargos Capacidade Emergencial		663	686	727
- Parcelamentos		82.317	71.055	63.759
- Contribuição Iluminação Pública - CIP		12.414	10.623	9.588
- Outros Créditos		5.829	12.982	6.316
Total		666.287	614.725	586.978
Concessionárias				
- Suprimento		979	844	814
- Variação e Acréscimos Moratórios		438	241	241
Total		1.417	1.085	1.055
Comercialização no âmbito do CCEE				
- Energia Curto Prazo		1.904	2.322	3.329
Total		1.904	2.322	3.329
TOTAL CIRCULANTE		669.608	618.132	591.362
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores				
- Prefeituras		307.253	287.353	259.971
Total		307.253	287.353	259.971
TOTAL NÃO CIRCULANTE		307.253	287.353	259.971
TOTAL CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS		976.861	905.485	851.333

6.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

CONSUMIDORES CONCESSIONÁRIA PERMISSIONÁRIA	31/12/2010			TOTAL 31/12/2010	PROV. P/CRÉDITOS LIQ. DUVID. 31/12/2010	SALDO 31/12/2010
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS			
Residencial	76.913	37.392	15.790	130.095	17.525	112.570
Industrial	39.611	9.056	26.593	75.260	7.914	67.346
Com/ Serv./ Outras Atividades	38.534	13.944	21.728	74.206	12.786	61.420
Rural	11.273	6.482	7.814	25.569	1.843	23.726
Poderes Públicos						
- Federal	2.889	504	247	3.640	-	3.640
- Estadual	6.242	5.758	22.469	34.469	-	34.469
- Municipal	6.493	3.406	16.081	25.980	307	25.673
Iluminação Pública	11.188	2.381	19.986	33.555	4.551	29.004
Serviço Público	13.412	6.987	1.604	22.003	69	21.934
PDD s/outros Créditos				-	21.276	(21.276)
SUB TOTAL	206.555	85.910	132.312	424.777	66.271	358.506
Não Faturado	76.380	-	-	76.380	-	76.380
Variação/Acrésc. Moratórios	62.998	-	-	62.998	-	62.998
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	909	-	-	909	-	909
Encargo Cap. Emergencial	663	-	-	663	513	150
Parcelamentos	63.948	2.474	15.895	82.317	31.882	50.435
Contr. Iluminação Pública	7.740	3.029	1.645	12.414	-	12.414
Outros Créditos	5.829	-	-	5.829	-	5.829
SUB TOTAL	218.467	5.503	17.540	241.510	32.395	209.115
TOTAL CONSUMIDORES	425.022	91.413	149.852	666.287	98.666	567.621
Concessionárias						
Suprimento	979	-	-	979	-	979
Energia Curto Prazo	1.904	-	-	1.904	-	1.904
Variação/Acrésc. Moratórios	438	-	-	438	-	438
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	3.321	-	-	3.321	-	3.321
TOTAL DO CIRCULANTE	428.343	91.413	149.852	669.608	98.666	570.942
Parcelamento-Poder Público	-	-	307.253	307.253	-	307.253
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	307.253	307.253	-	307.253
TOTAL CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS	428.343	91.413	457.105	976.861	98.666	878.195

CONSUMIDORES CONCESSIONÁRIA PERMISSIONÁRIA	31/12/2009 - REAPRESENTADO					
	VINCENDOS	VENCIDOS	VENCIDOS	TOTAL	PROV. P/CREDITOS	SALDO
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	31/12/2009	LIQ. DUVID. 31/12/2009	31/12/2009
Residencial	66.264	34.058	13.742	114.064	9.218	104.846
Industrial	40.950	9.376	23.012	73.338	6.827	66.511
Com/ Serv./ Outras Atividades	34.410	13.293	20.529	68.232	11.212	57.020
Rural	10.223	5.274	6.715	22.212	1.505	20.707
Poderes Públicos						
- Federal	2.034	63	181	2.278	-	2.278
- Estadual	5.764	4.159	11.800	21.723	-	21.723
- Municipal	5.978	2.642	11.861	20.481	326	20.155
Iluminação Pública	11.075	3.800	14.105	28.980	4.195	24.785
Serviço Público	12.939	12.728	17.348	43.015	69	42.946
PDD s/outras Créditos				-		-
SUB TOTAL	189.637	85.393	119.293	394.323	33.352	360.971
Não Faturado	75.051	-	-	75.051	-	75.051
Variação/Acrésc. Moratórios	49.074	-	-	49.074	-	49.074
Particip. Financeira	22.787	-	-	-	-	-
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	931	-	-	931	-	931
Encargo Cap. Emergencial	-	-	686	686	537	149
Parcelamentos	12.968	3.499	54.588	71.055	21.621	49.434
Contr. Iluminação Pública	6.025	3.143	1.455	10.623	-	10.623
Outros Créditos	12.982	-	-	12.982	11.478	1.504
SUB TOTAL	179.818	6.642	56.729	220.402	33.636	186.766
TOTAL CONSUMIDORES	369.455	92.035	176.022	614.725	66.988	547.737
Concessionárias						
Suprimento	844	-	-	844	-	844
Energia Curto Prazo	2.322	-	-	2.322	-	2.322
Variação/Acrésc. Moratórios	241	-	-	241	-	241
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	3.407	-	-	3.407	-	3.407
TOTAL DO CIRCULANTE	372.862	92.035	176.022	618.132	66.988	551.144
Parcelamento-Poder Público	-	-	287.353	287.353	-	287.353
Redução Tarifa Uso Sist. Transm.	-	-	1.736	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	289.089	287.353	-	287.353
TOTAL CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS	372.862	92.035	465.111	905.485	66.988	838.497

CONSUMIDORES CONCESSIONÁRIA PERMISSIONÁRIA	01/01/2009 - REAPRESENTADO					
	VINCENDOS	VENCIDOS	VENCIDOS	TOTAL	PROV. P/CREDITOS	SALDO
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	01/01/2009	LIQ. DUVID. 01/01/2009	01/01/2009
Residencial	64.253	33.663	12.533	110.449	9.548	100.901
Industrial	40.737	12.108	17.870	70.715	3.924	66.791
Com/ Serv./ Outras Atividades	32.078	14.240	19.903	66.221	8.754	57.467
Rural	10.693	6.759	5.683	23.135	1.291	21.844
Poderes Públicos						
- Federal	1.906	513	574	2.993	-	2.993
- Estadual	3.213	7.220	6.933	17.366	-	17.366
- Municipal	3.539	4.610	13.783	21.932	717	21.215
Iluminação Pública	9.369	4.457	21.712	35.538	3.886	31.652
Serviço Público	6.405	19.787	8.997	35.189	69	35.120
PDD s/outras Créditos				-		-
SUB TOTAL	172.193	103.357	107.988	383.538	28.189	355.349
Não Faturado	69.504	-	-	69.504	-	69.504
Variação/Acrésc. Moratórios	52.582	-	-	52.582	-	52.582
Particip. Financeira	11.516	-	-	-	-	-
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	964	-	-	964	-	964
Encargo Cap. Emergencial	-	-	727	727	566	161
Parcelamentos	49.875	3.305	10.579	63.759	5.655	58.104
Contr. Iluminação Pública	5.341	2.930	1.317	9.588	-	9.588
Outros Créditos	6.316	-	-	6.316	-	-
SUB TOTAL	196.098	6.235	12.623	203.440	12.537	190.903
TOTAL CONSUMIDORES	368.291	109.592	120.611	586.978	40.726	546.252
Concessionárias						
Suprimento	814	-	-	814	-	814
Energia Curto Prazo	3.329	-	-	3.329	-	3.329
Variação/Acrésc. Moratórios	241	-	-	241	-	241
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	4.384	-	-	4.384	-	4.384
TOTAL DO CIRCULANTE	372.675	109.592	120.611	591.362	40.726	550.636
Parcelamento-Poder Público	-	-	259.971	259.971	-	259.971
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	259.971	259.971	-	259.971
TOTAL CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS	372.675	109.592	380.582	851.333	40.726	810.607

6.2 PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

1. Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Essa análise individual também é feita sobre os valores a receber de entidades governamentais estaduais e municipais relativos a fornecimento normal, saldos de parcelamentos e valores consolidados de confissões de dívidas.

2. Para os demais casos

- ✓ Consumidores residenciais - vencidos há menos e mais de 90 dias.
- ✓ Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias.
- ✓ Consumidores industriais, rurais e outros - vencidos há mais de 360 dias.

No exercício de 2010, foi baixado do saldo de contas a receber o montante de R\$ 790 mil decorrente de saldos em atraso, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a Concessionária não obteve sucesso.

Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD na abertura do exercício de 2009 e no encerramento do exercício de 2010 e 2009 são:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo inicial	66.988	40.726	49.376
Baixa por perda no período	(790)	(562)	(1.392)
Reversão	(5.220)	(6.023)	(15.149)
Provisão do Período	10.370	10.138	7.685
Provisão do Parcelamento	27.318	22.709	206
Saldo	<u>98.666</u>	<u>66.988</u>	<u>40.726</u>

6.3 CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (operações de curto prazo), verificações entre os valores de geração e de carga realizada e contratos /previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CELG.

7. DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS						
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	371	-	370	-	775	-
COFINS - Parecer Cosit nº 27 (a)	-	-	940	-	23.715	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	929	-	923	-	904	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	309	-	308	-	628	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27 (a)	-	-	97	-	4.679	-
PIS/PASEP Art. 34 da Lei nº 10.833	201	-	208	-	202	-
IRRF S/Aplicações Financeiras	601	-	123	-	756	-
INSS Convênio	42	-	95	-	184	-
ICMS Lei Complementar nº 102 (b)	77.113	13.790	73.092	19.902	15.441	75.121
ICMS Faturas Canceladas (c)	32.945	-	14.869	-	-	-
SUB-TOTAL	112.511	13.790	91.025	19.902	47.284	75.121
Fornecedores	133	-	131	-	395	-
Empregados	669	-	687	-	691	-
Celg Geração e Transmissão (d)	35.227	2.723	23.045	7.548	14.907	12.601
Outros	14.953	72	10.920	79	7.863	79
SUB-TOTAL	50.982	2.795	34.783	7.627	23.856	12.680
TOTAL GERAL	163.493	16.585	125.808	27.529	71.140	87.801

(a) Em conformidade com a Coordenação-Geral do Sistema de Tributação da Receita Federal do Brasil – COSIT e a Nota Técnica nº 554/2006 – SFF/ANEEL e em cumprimento ao que determina o Ofício Circular nº 2.775/200/-SFF/ANEEL, foram reconhecidos a partir de 09 de setembro de 2008, créditos de PIS/COFINS, relativos ao período compreendido entre março de 2004 e novembro de 2008, correspondentes a materiais aplicados ou consumidos na atividade, encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, energia comprada de curto prazo – CCEE, energia adquirida – PROINFA, esses créditos serão repassados aos consumidores.

(b) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisição de bens destinados ao uso da concessão.

(c) Refere-se a crédito de ICMS sobre Notas Fiscais de venda de energia elétrica, as quais foram canceladas.

(d) Refere-se aos contratos de parcelamento CELG G&T firmados em dezembro de 2006 e agosto de 2007, ambos atualizados pelo IGP-M, acrescido de 1% ao mês.

8. SERVIÇOS EM CURSO

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços Próprios	1.448	1.508	1.714
Serviços Prestados a Terceiros (a)	51.262	40.748	27.384
Transf. Fabric. e Reparo de Materiais	2	-	1
Total	52.712	42.256	29.099

(a) Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

9. CONTAS A RECEBER - ESTADO DE GOIÁS

Descrição	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Lei nº 13.062/97 (a)	17.045	-	17.054	-	29.126	-
Parcelamento (b)	-	1.924.942	216.282	1.317.092	128.023	1.293.237
Outros débitos (c)	-	-	84.870	-	88.326	-
	-	-	-	-	-	-
	17.045	1.924.942	318.206	1.317.092	245.475	1.293.237

(a) Lei nº 13.062/97 de 9 de maio de 1997

Refere-se a valores não repassados pelo governo estadual, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para construção da usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão da empresa no exercício social de 2006.

(b) Parcelamento

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a CELG o 4º Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº 528, de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O total da dívida consolidada é de R\$ 1.016.770 (valor histórico), assim composto:

- i. R\$ 577.911 referentes a valores do 2º Termo Aditivo.
- ii. R\$ 165.670 referentes à atualização do valor anterior atualizado até 29 de dezembro de 2005.
- iii. R\$ 189.736 referentes a débitos da Saneago - Saneamento de Goiás S.A.
- iv. R\$ 56.116 referentes a fornecimento de energia elétrica a órgãos Estaduais e despesas com pessoal à disposição do Estado.
- v. R\$ 13.706 referentes a obras sociais de interesse do Estado de Goiás, realizadas pela CELG.
- vi. R\$ 13.631 referentes ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores participantes do Programa de Baixa Renda Estadual.

O saldo devedor desse Termo é atualizado anualmente com base na aplicação pro rata temporis da variação acumulada do IGP-M dos 12 meses anteriores, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, e sobre o saldo incidirá juros de 1% ao mês pro rata dia, contados a partir de 29 de dezembro de 2005.

A taxa de juros poderá ser reduzida para 9% ao ano, após 60 meses adimplentes. Na eventualidade da extinção do IGP-M, este será substituído pelo que vier a ser adotado pelo agente regulador.

Aos valores consolidados foram prestadas as seguintes garantias: a) eventuais dividendos a que o Estado tenha direito sobre lucros da CELG; b) 10% da quota mensal do Fundo de Participação dos Estados - FPE a que o Estado de Goiás tenha direito; e c) vinculação de até 41,08% das ações da CELGPAR possuídas pelo Estado, sem prejuízo de que as partes considerem este Termo de Encontro de Contas título executivo extrajudicial na forma do artigo 585, II, combinado ao artigo 566 do Código de Processo Civil.

Em agosto de 2010 foi firmado com o Governo do Estado de Goiás o Termo de Novação de Dívida no qual foi extinta a obrigação decorrente do quarto termo de encontro de contas no total de R\$ 1.721.624 e criou-se uma nova obrigação para o devedor de mesmo valor, mantida a cláusula de atualização monetária e juros.

Em 30 de setembro de 2010, a parcela da dívida anteriormente registrada no circulante foi reclassificada para não circulante.

(c) Refere-se a parcelas do Quarto Termo de Encontro de Contas, vencidas no período de janeiro a outubro de 2007, das quais a compensação não foi homologada com o ICMS em consequência da revogação do Decreto nº 6.141, de 16 de maio de 2005, pelo Decreto nº 6.627, de 6 de junho de 2007.

10. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	Consumidor Baixa Renda (a)	299.381		234.594		166.152
Alienação de Bens e Direitos	7.927		7.942		7.857	
Cauções e Depósitos (b)	39.641		13.037		17.458	
Eletrobrás	1.296		1.255		2.045	
Funcionários a Disposição	1.645		533		1.643	
Títulos e Valores Mobiliários (c)	6.516	23.375	1.245	29.163	898	
Outros	5.146		6.302		5.409	
Total	361.552	23.375	264.908	29.163	201.462	-

(a) Por meio da Lei nº 10.438/02, o governo federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores baixa renda e, conseqüentemente, reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro, foi editada a Lei nº 10.604 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás.

A Companhia, no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006, passou por processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal - NIS; e nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária. O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Companhia encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não-conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da Companhia, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a CELG D encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos.

(b) Refere-se às cauções e depósitos vinculados efetuados em garantia do cumprimento das obrigações, bem como em decorrência de disposição legal.

(c) Refere-se às aplicações de capital em títulos de capitalização - CCB's.

O estoque da companhia é composto de materiais destinados à manutenção e operação das instalações e materiais de consumo na administração.

11. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em junho de 2001, o governo federal editou a Medida Provisória nº 2.198, instituindo o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regulamentou os devidos registros contábeis através da Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001. Obedecendo às normas editadas pela ANEEL, encontram-se registrados os seguintes valores:

(a) No ativo não circulante, R\$ 19.600 referentes aos bônus pagos aos consumidores residenciais.

(b) O passivo não circulante, R\$ 997 relativos ao montante líquido do acréscimo à tarifa ANEEL.

(c) Observa-se que a diferença entre os bônus pagos e os acréscimos à tarifa pendente de recebimento totaliza R\$ 18.603, diferença que a Companhia tem a receber remanescente do programa de racionamento. Nesse sentido, foi protocolada na ANEEL, no dia 23 de março de 2007, a Carta PR-0453/07 solicitando o ressarcimento pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Em 15/04/2009 foi indeferido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira os pleitos constantes da referida carta, no entanto a Companhia em 19/03/2010 solicitou o desarquivamento dos autos constantes do processo ANEEL 48500.000051/02-16 considerando a existência de fatos novos. Diante dos fatos, decidiu-se constituir provisão para perda dos referidos créditos.

12. ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão estão registrados no ativo intangível e ativo financeiro em atendimento a interpretação ao ICPC 01 e orientação OCPC 05 contratos de concessão.

(a) No ativo financeiro estão registrados os valores não realizados até o final da concessão, os referidos valores estão classificados como disponíveis para venda em razão da garantia contratual de indenização ao final da concessão, nota 16.2.

(b) No ativo intangível estão registrados os valores relativos à parcela que será realizada até o final da concessão, nota 16.2.

13. CRÉDITOS FISCAIS

A CELG D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza, nota 20.

São apresentados, a seguir, os montantes apurados pela Companhia:

CÁLCULO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	CSLL	IR	TOTAL	CSLL	IR	TOTAL	CSLL	IR	TOTAL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal líquidos a utilizar	1.853.027	2.077.027		1.208.279	1.426.205		1.167.342	1.377.726	
(+) Adições Intertemporais - PCLD	151.694	151.694		85.055	85.055		40.159	40.159	
(+) Adições Intertemporais - Contingência	<u>394.218</u>	<u>394.218</u>		<u>337.436</u>	<u>337.436</u>		<u>220.812</u>	<u>220.812</u>	
(=) Base de cálculo	2.398.939	2.622.939		1.630.770	1.848.696		1.428.313	1.638.697	
	9%	25%		9%	25%		9%	25%	
Limite de Crédito Fiscal	215.905	655.735		146.769	462.174		128.548	409.675	
Crédito Tributário não Circulante	<u>195.197</u>	<u>285.935</u>	<u>481.132</u>	<u>140.369</u>	<u>442.511</u>	<u>582.880</u>	<u>128.548</u>	<u>409.675</u>	<u>538.223</u>

14. BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ampliação do vão da LT/SE Anhanguera/Carajas-230KV	410	-	-
SE Carajas instalações de 230 KV	39.412	29.495	-
Terrenos e Edificações na vila operária na cidade Cachoeira Dourada	1.525	1.525	1.525
Terreno na cidade de Inhumas - Goiás	3	3	3
Terreno na cidade de Nerópolis - Goiás	-	-	1
Total	41.350	31.023	1.529

15. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Outros Investimentos	21	20	20
Centro de Recreação e Lazer dos Empregados	2.865	2.811	2.811
Terrenos	2.733	2.696	2.696
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	682	682	682
Máquinas e Equipamentos	1.632	1.632	1.632
TOTAL	7.933	7.841	7.841

São registrados pelo custo de aquisição líquido de provisão para perda quando aplicável.

16. IMOBILIZADO

	31/12/2010 31/12/2009 01/01/2009					
	Custo	Taxas anuais média deprec.:%	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Intangíveis	24.194	20,00%	(15.142)	9.051	-	-
Terrenos	943	-	-	943	67	67
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	9.976	2,00%	(3.471)	6.505	9.648	10.180
Máquinas e Equipamentos	104.485	10,00%	(72.875)	31.609	24.990	29.841
Veículos	6.393	20,00%	(6.230)	164	216	547
Móveis e Utensílios	14.103	10,00%	(10.430)	3.673	3.562	4.330
Subtotal	160.094		(108.149)	51.945	38.484	44.964
Em curso						
Intangíveis	834	-	-	834	996	369
Terrenos	5	-	-	5	5	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.526	-	-	10.526	10.654	10.683
Máquinas e Equipamentos	26.732	-	-	26.732	27.217	28.231
Móveis e Utensílios	11	-	-	11	30	31
A Ratear	2.609	-	-	2.609	3.000	1.565
Material em Deposito	-	-	-	-	4.273	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	278	278
Subtotal	40.716		-	40.716	46.454	41.157
TOTAL	200.810		(108.149)	92.662	84.938	86.122

Os bens registrados no imobilizado é de uso exclusivo da administração na execução dos serviços da concessão e de acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os mesmos são vinculados à concessão não podendo ser alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Abaixo demonstramos a mutação do Ativo Imobilizado e a bifurcação do mesmo em atendimento ao ICPC-01 e OCPC-05 – contratos de concessão.

16.1. DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO (ANTES DA BIFURCAÇÃO).

Em Serviço	31/12/2010					31/12/2009					Saldos em 01/01/2009		
	Saldos em	Adições	Transferências		Baixas	Outras	Saldos em	Adições	Transferências			Baixas	Outras
			Débitos	Créditos					Débitos	Créditos			
Custo													
Distribuição	4.384.203	162.109	-	(2)	(33.911)	858.599	3.397.409	216.427	2	-	(43.714)	-	3.224.695
Administração	160.094	8.442	-	-	(1.558)	43.093	110.117	285	-	-	(838)	-	110.670
Subtotal	4.544.297	170.551	-	(2)	(35.469)	901.692	3.507.525	216.712	2	-	(44.552)	-	3.335.364
Obrigações Vinculadas à C	(878.188)	(9.934)	-	-	-	(469.301)	(398.953)	-	-	(5.317)	-	-	(393.636)
Subtotal	(878.188)	(9.934)	-	-	-	(469.301)	(398.953)	-	-	(5.317)	-	-	(393.636)
Total do Custo	3.666.109	160.617	-	(2)	(35.469)	432.391	3.108.572	216.712	2	(5.317)	(44.552)	-	2.941.729
(-) Amortização / (-) Depreciação													
Distribuição	(2.083.779)	(170.758)	-	-	17.144	(634.920)	(1.295.246)	(171.075)	-	(12)	24.389	12	(1.148.560)
Administração	(108.149)	(9.058)	-	-	1.183	(36.523)	(63.750)	(10.087)	-	-	724	19	(54.407)
Subtotal	(2.191.928)	(179.816)	-	-	18.327	(671.443)	(1.358.996)	(181.161)	-	(12)	25.113	31	(1.202.967)
Obrigações Vinculadas à C	38.435	19.492	-	-	-	18.943	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	38.435	19.492	-	-	-	18.943	-	-	-	-	-	-	-
Total	(2.153.492)	(160.324)	-	-	18.327	(652.500)	(1.358.996)	(181.161)	-	(12)	25.113	31	(1.202.967)
Total em Serviço	1.512.617	293	-	(2)	(17.142)	(220.109)	1.749.576	35.550	2	(5.329)	(19.439)	31	1.738.761
Em Curso													
Custo	375.401	154.429	-	(170.551)	(3.688)	(8.866)	404.077	218.171	-	(216.715)	(32.355)	23.089	411.887
Subtotal	375.401	154.429	-	(170.551)	(3.688)	(8.866)	404.077	218.171	-	(216.715)	(32.355)	23.089	411.887
Obrigações Vinculadas à C	(49.574)	(11.339)	9.934	-	77	(303)	(47.944)	(20.295)	5.317	-	49	11.269	(44.284)
Subtotal	(49.574)	(11.339)	9.934	-	77	(303)	(47.944)	(20.295)	5.317	-	49	11.269	(44.284)
Total em Curso	325.827	143.090	9.934	(170.551)	(3.611)	(9.169)	356.134	197.876	5.317	(216.715)	(32.306)	34.358	367.603
Total	1.838.443	143.382	9.934	(170.553)	(20.753)	(229.278)	2.105.710	233.427	5.319	(222.044)	(51.745)	34.389	2.106.365

16.2. DEMONSTRATIVO DA BIFURCAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Valor Líquido			Valor Líquido			Valor Líquido		
	Ativo imobilizado	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo imobilizado	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo imobilizado	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em Serviço									
Custo									
Distribuição	-	2.671.473	1.712.730	-	949.915	2.447.493	-	901.625	2.323.070
Administração	160.094	-	-	92.075	18.042	-	92.710	17.960	-
Subtotal	160.094	2.671.473	1.712.730	92.075	967.957	2.447.493	92.710	919.585	2.323.070
Obrigações Vinculadas à Concessão	-	(199.647)	(678.542)	-	(83.940)	(315.013)	-	(82.821)	(310.815)
Subtotal	-	(199.647)	(678.542)	-	(83.940)	(315.013)	-	(82.821)	(310.815)
Total do Custo	160.094	2.471.826	1.034.188	92.075	884.017	2.132.480	92.710	836.764	2.012.255
(-) Amortização / Depreciação									
Distribuição	-	(2.083.779)	-	-	(362.151)	(933.095)	-	(321.137)	(827.423)
Administração	(108.149)	-	-	(53.591)	(10.159)	-	(47.745)	(6.662)	-
Subtotal	(108.149)	(2.083.779)	-	(53.591)	(372.309)	(933.095)	(47.745)	(327.799)	(827.423)
Obrigações Vinculadas à Concessão	-	38.435	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	38.435	-	-	-	-	-	-	-
Total	(108.149)	(2.045.344)	-	(53.591)	(372.309)	(933.095)	(47.745)	(327.799)	(827.423)
Total em Serviço	51.945	426.483	1.034.188	38.484	511.708	1.199.385	44.964	508.965	1.184.832
Em Curso									
Custo									
Distribuição	-	334.685	-	-	357.623	-	-	370.730	-
Administração	40.716	-	-	46.454	-	-	41.157	-	-
Subtotal	40.716	334.685	-	46.454	357.623	-	41.157	370.730	-
Obrigações Vinculadas à Concessão	-	(49.574)	-	-	(47.944)	-	-	(44.284)	-
Subtotal	-	(49.574)	-	-	(47.944)	-	-	(44.284)	-
Total em Curso	40.716	285.111	-	46.454	309.680	-	41.157	326.446	-
Total	92.662	711.593	1.034.188	84.938	821.387	1.199.385	86.122	835.411	1.184.832

17. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica						
- Furnas (a)	105.512	105.125	99.627	171.368	99.689	229.975
- Eletrobrás (b)	35.026	-	76.349	13.163	56.912	125.315
- Eletrobrás - suprimento ITAIPU (c)	847.125	-	617.541	-	496.351	-
- CDSA (d)	237.676	-	201.780	-	210.345	-
- CHESF/CESP/Eletronorte (e)	25.770	-	28.117	-	29.709	-
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	20.465	-	20.888	-	-	-
- Outros	46.434	-	21.973	-	42.325	-
TOTAL	1.318.008	105.125	1.066.275	184.531	935.331	355.290
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	9.612	-	7.295	-	14.918	-
TOTAL	1.327.620	105.125	1.073.570	184.531	950.249	355.290
Materiais e Serviços	120.879	-	139.468	-	118.876	-
TOTAL	1.448.499	105.125	1.213.038	184.531	1.069.125	355.290

(a) Refere-se ao suprimento mensal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo a dívida é atualizado pro rata die da variação acumulada do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês pro rata die.

(b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida assinado entre as partes em 16 de dezembro de 2003, relativo a débitos de repasse de energia de Itaipu. Em 11 de novembro de 2005, o mencionado termo foi aditivado e o prazo de pagamento passou de 216 para 115 meses, sendo o saldo devedor atualizado pela variação do dólar cotação PTAX 800, opção 5, moeda 220 para venda divulgada pelo Banco Central, do dia anterior ao do cálculo, acrescido de juros de 1% ao mês, pro rata die, contados desde o dia 31 de julho de 2003, data da consolidação do débito, conforme cláusula 2ª do citado Termo. Nos cálculos dos juros, a Companhia vem adotando a metodologia de juros simples por entender que é pactuado conforme a mencionada cláusula e amparada com o parecer jurídico de seus assessores legais, que tem como âncora as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal nº 121 e nº 596, sendo na primeira vedada a cobrança de juros sobre juros (juros compostos) e na outra permitida a cobrança de juros compostos desde que expressamente pactuada em contrato, o que não se verifica no Termo em referência. Visando minimizar possíveis questionamentos futuros por parte do credor quanto à aplicação da metodologia do cálculo de juros, a Administração da Companhia formalizou seu entendimento junto à Eletrobrás e não obteve resposta até a presente data.

(c) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Eletrobrás/Itaipu.

(d) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmado entre CELG e CDSA.

(e) Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados com a CESP, CHESF e Eletronorte.

Os pagamentos futuros dos valores apresentados no não circulante estão assim representados:

31/12/2010			
Ano	Furnas	Eletrobrás	Total
2012	89.839	-	89.839
2013	15.286	-	15.286
Total	105.125	-	105.125

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Neste item serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, a moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos, além da distribuição dos valores devidos por ano no longo prazo.

Estão apresentados no quadro abaixo os saldos de encargos e principal:

DESCRIÇÃO EM MOEDA NACIONAL	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletrobrás (a)	28.667	50.192	19.737	18.660	38.852	31.077	10.446	26.785	43.143
Bco Brasil-Lei 8727/96 (b)	32	1.335	3.576	-	1.987	4.493	143	-	-
Banco Mercantil do Brasil S/A	378	3.333	4.416	278	2.182	-	5.341	4.405	-
Banco Industrial e Comercial S/A	33.145	46.528	47.604	33.971	42.917	57.049	22.981	37.417	69.965
Banco Pline S/A	240	20.583	12.847	396	27.964	33.430	865	39.155	61.395
Banco do Estado de São Paulo S/A	563	6.667	-	137	1.067	-	224	3.333	556
Banco BBM S/A	-	-	-	1.658	6.500	-	2.547	16.250	6.500
Banco Máxima S/A	57.720	49.844	90.243	56.043	56.993	82.351	46.594	56.339	92.077
Banci BMG S/A	67	2.934	4.644	-	-	-	-	-	-
Banco Daycoval S/A	2.200	7.233	7.944	1.949	3.333	555	1.351	11.352	4.514
Banco do Brasil S/A	16	4.976	4.561	-	-	-	-	4.595	6.546
Banco Itaú S/A	764	5.000	2.500	345	7.200	-	3.477	20.433	-
Banco Rural S/A	2.370	10.000	5.000	-	-	-	-	-	-
Lemon Bank – Banco Múltiplo S/A	3.558	10.980	7.352	3.163	19.940	13.333	1.146	8.638	23.179
Banco Sofisa S/A	63	7.394	19.101	6.566	10.750	3.218	8.449	13.414	13.968
Banco Tricuri S/A	35	5.120	3.705	35	6.549	2.780	81	5.763	3.655
Banco Fibra S/A	1.793	2.500	-	11.858	20.833	2.500	12.002	23.611	23.333
Banco Cruzeiro do Sul S/A	-	-	-	61	5.000	-	150	15.000	5.000
Banco Indusval S/A	3.223	5.900	-	6.592	12.951	5.900	5.320	13.077	18.850
Intermedium S/A	950	4.376	4.011	1.052	3.037	-	1.147	4.528	3.037
Banco Paulista S/A	-	-	-	-	208	-	11	1.250	208
Banco Prosper S/A	66.787	22.547	25.812	66.940	23.694	48.353	52.987	19.201	70.928
Banco Semear S/A	-	-	-	-	-	-	28	609	-
Banco Banif Brasil S/A	-	-	-	6.516	7.656	87	3.350	11.190	13.190
Banco Standard Investimento S/A	92	5.333	-	149	8.000	5.333	1.981	16.667	13.333
Banco Panamericano S/A	1.215	9.460	15.086	-	-	-	-	-	-
Banco Interacap S/A	27	2.727	1.591	8	750	-	46	3.635	-
CELGMED (c)	118	278	-	118	1.143	-	117	1.094	-
Eletra (d)	5.593	31.483	140.723	3.702	28.269	148.213	4.177	32.515	152.966
ZFAC Comercial Ltda.	-	-	-	-	634	286	-	4.518	340
Outras Instituições	-	-	4.602	-	-	4.339	-	-	4.089
Total em Moeda Nacional	209.616	316.723	425.055	220.197	338.409	443.297	184.961	394.774	630.772
EM MOEDA ESTRANGEIRA									
Credit National	-	30	43	-	45	83	-	58	165
O.E.C.F (e)	915	13.839	69.195	979	12.697	76.184	1.450	17.417	121.918
Total em Moeda Estrangeira	915	13.869	69.238	979	12.742	76.267	1.450	17.475	122.083
TOTAL GERAL	210.531	330.592	494.293	221.176	351.151	519.564	186.411	412.249	752.855

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo em moeda nacional por indexador:

	Indexador	31/ 12/ 2010	31/ 12/ 2009	01/ 01/ 2009
Empréstimos Bancários	CDI	595.194	646.779	826.247
	IPCA	57.565	58.546	78.976
	IGP-M	12.299	13.247	17.870
	Sem indexador	0	3.380	4.559
Eletrobrás	UFIR	98.596	88.588	80.374
	Sem indexador	4.602	4.339	4.089
	IGP-M	4.871	5.489	7.404
Lei 8.727/93	Mesmo índice FAT	72	90	121
	INPC	396	1261	1209
Celgmed	INPC	177.799	180.184	189.658
Eletra	INPC	177.799	180.184	189.658
Total		951.394	1.001.903	1.210.507

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda da seguinte forma:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
MOEDA	TAXA	MOEDA/MIL	R\$MIL	TAXA	MOEDA/MIL	R\$MIL	TAXA	MOEDA/MIL	R\$MIL
EURO	2,228000	33	74	2,507330	51	128	3,238150	69	223
Y	0,020500	4.095.032	83.948	0,018809	4.777.500	89.860	0,025800	5.456.783	140.785
TOTAL			84.022			89.988			141.008

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

Moeda	31/12/2010 (%)	31/12/2009 (%)	01/01/2009 (%)
EURO	(11,1405)	(22,5691)	(24,1341)
Y	8,9904	(27,0969)	(62,8890)

Os valores de pagamentos futuros registrados no não circulante estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2010							
Ano	Empréstimos bancários	Lei 8.727/93	Etetra	Credit	OECF	Eletrobrás	Total
2012	141.764	1.464	30.189	43	13.822	7.107	194.389
2013	75.525	1.666	30.189	-	13.865	2.608	123.853
2014	26.319	445	30.189	-	13.865	2.075	72.893
2015	12.186	-	30.189	-	13.865	2.075	58.315
2016	624	-	19.967	-	13.778	2.075	36.444
2017	-	-	-	-	-	2.075	2.075
2018	-	-	-	-	-	6.324	6.324
Total	256.418	3.575	140.723	43	69.195	24.339	494.293

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

(a) Eletrobrás - refere-se a quatro contratos de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobrás no período de 2000 a 2006 a fim de viabilizar projeto de eletrificação rural.

A distribuição de saldos por contrato é:

	Nº PARCELAS	ENCARGOS	ATUALIZAÇÃO	VENC.A PARTIR	R\$MIL
Eletrobrás - 17/2004	120	5,00% a. a	UFIR	30/11/2008	11.766
Eletrobrás - 1966/2000	120	5,00% a. a	UFIR	30/07/2002	66.021
Eletrobrás - 1968/2000	60	5,00% a. a	UFIR	30/11/2008	4.275
Eletrobrás - 149/2006	120	5,00% a. a	UFIR	30/11/2008	16.534
TOTAL					98.596

(b) Banco do Brasil - Lei nº 8.727/96 - refere-se ao saldo do contrato particular de confissão de dívida com a União (Resolução nº 36/92) do Senado Federal, em que consolidou as dívidas junto à STN, Eletrobrás, Furnas e Finame. A amortização ocorre mensalmente até primeiro de março de 2014, sendo que as parcelas dos três primeiros contratos de origem, são atualizadas com base na variação do IGP-M do mês anterior, acrescido de

juros de 10,73% a.a e, o último é atualizado pelo mesmo índice de correção do F.A.T. (Fundo de Amparo ao Trabalhador) de 10,73aa.

(c) CELMED - refere-se ao saldo do instrumento particular de consolidação e parcelamento de débito, junto ao Plano Básico de Assistência à Saúde da CELMED. O saldo está sendo amortizado em 60 parcelas mensais a partir de 30 de janeiro de 2002, com atualização baseada nas variações acumuladas do INPC-IBGE e juros 1% a.m.

(d) ELETRA - refere-se ao saldo de instrumentos particulares de consolidação e parcelamento de débito referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da ELETRA, e refinanciamento de saldo devedor de outros débitos. O primeiro termo é amortizado em 120 parcelas mensais a partir de 31 de julho de 2001, e o segundo é amortizado em 181 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2005, e as atualizações com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.

(e) CREDIT – Trata-se de um Protocolo Financeiro firmado entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, cujo recurso foi utilizado para financiar equipamentos destinados a IV Etapa de Cachoeira Dourada. O financiamento será amortizado em 44 parcelas semestrais. A primeira parcela venceu em junho de 1993 e a última parcela vence em dezembro de 2014.

(f) OECE - refere-se ao saldo de financiamento destinado à ampliação do sistema de transmissão, subestações e distribuição, sujeito a encargos semestrais a taxas fixas de 4% a.a. e 3,25% a.a. - a depender da destinação do recurso utilizado (material ou serviço de consultoria), o qual contou com carência de sete anos. O contrato será amortizado em 37 parcelas semestrais e consecutivas, tendo início em setembro de 1998 e término em setembro de 2016.

Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:

- ✓ Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
- ✓ Aplicações Financeiras;
- ✓ Borderô Eletrônico;
- ✓ Notas Promissórias;
- ✓ Garantias Pessoais (Avalista/Fiador/Fiel Depositário/Devedor Solidário)

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS (a)	930.560	-	589.405	-	199.738	-
PARCELAMENTO DE ICMS (c)	40.337	27.145	36.967	53.420	31.476	89.587
INSS	3.068	-	5.910	-	4.698	-
PIS	3.981	-	4.018	-	3.500	-
COFINS	15.367	-	15.535	-	15.730	-
REFIS/ PAES/PAEX (b)	8.125	34.779	29.084	43.869	36.387	66.396
ISS	11.022	-	8.360	-	8.538	-
OUTROS	8.974	-	8.511	-	5.665	-
TOTAL	1.021.434	61.924	697.790	97.289	305.732	155.983

(a) Refere-se a ICMS sobre as vendas de energia elétrica e diferencial de alíquota sobre as compras realizadas pela companhia fora do estado de Goiás e não recolhidos até o encerramento do balanço deste exercício.

(b) Em fevereiro de 2000, através da Medida Provisória nº 2.004/03, convertida na Lei nº 9.964/00 em 10 de abril, o governo federal instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que em sua normatização permitiu ao contribuinte quitar os juros e multas dos tributos em atraso utilizando créditos fiscais próprios ou de terceiros (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social). A Companhia, em 3 de março de 2000,

aderiu ao referido programa, parcelando os tributos em atraso no total de R\$217.477 (valor histórico). Tal valor é composto como segue:

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total
PIS/PASEP	16.328	4.575	12.033	32.936
COFINS	91.591	21.633	57.232	170.456
CSLL	613	123	351	1.087
INSS	10.738	1.234	1.026	12.998
TOTAL	119.270	27.565	70.642	217.477

A Companhia, com base no regulamento do REFIS, optou por quitar os juros e multas no montante de R\$98.207 (valor histórico) com créditos de terceiros. Para tanto, adquiriu prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de várias empresas estatais em processo de encerramento de suas atividades. A mencionada aquisição foi realizada aplicando-se um deságio de 92% sobre o montante dos créditos transferidos. Os pedidos de transferências dos créditos foram protocolados na Secretaria da Receita Federal - SRF sob os seguintes números:

Processo	Cedente	Tipo de crédito	Valor
10120.003122/00-64	Caixego	Contribuição social	40.096
10120.003120/00-39	Caixego	Prejuízo fiscal	36.970
10120.003123/00-27	BD-Goiás	Prejuízo fiscal	4.532
10120.000794/01-98	Emater	Base negativa contribuição social	2.948
10120.000794/01-98	Emater	Prejuízo fiscal	6.231
10120.000795/01-32	Crisa	Base negativa contribuição social	1.808
10120.000795/01-32	Crisa	Prejuízo fiscal	3.053
10120.000793/01-43	Cerne	Base negativa contribuição social	944
10120.000793/01-43	Cerne	Prejuízo fiscal	1.625
Total			98.207

Até a presente data, foram homologados apenas os créditos cedidos pela Emater. Em relação aos créditos cedidos pela Caixego, houve a negativa da transferência por parte da Receita Federal. Diante do exposto, a Companhia encaminhou recurso administrativo e não obteve êxito no processo de transferência de prejuízo fiscal, o que levou à contratação de advogados externos para os encaminhamentos judiciais necessários, e já obteve sentença favorável, estando na fase de recurso pela União, e, conforme opinião dos assessores jurídicos, a possibilidade da Companhia é obter êxito provável de ganho. Em relação ao processo de transferência de contribuição social, houve uma sentença desfavorável da 4ª Vara – Seção Judiciária do Estado de Goiás onde a Companhia aguarda julgamento de seu recurso.

Através da Lei nº 10.684/2003, de 30 de maio, foi editado pelo governo federal o REFIS II ou Parcelamento Especial - PAES, permitindo ao contribuinte inadimplente em relação aos tributos federais, mesmo que com o parcelamento no REFIS, formalizar a desistência e aderir ao PAES inscrevendo novos débitos, o que foi feito pela Companhia em 31 de julho de 2003.

Em 29 de junho de 2006, através da Medida Provisória nº 303, o governo federal anunciou novo programa de Recuperação Fiscal - REFIS III ou Parcelamento Excepcional - PAEX, o qual permitia ao contribuinte que mantinha o parcelamento PAES e estava inadimplente com a União desistir do parcelamento no PAES e aderir ao PAEX, sendo os débitos remanescentes do PAES, ou seja, os tributos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, parcelados em 130 meses, os débitos com vencimentos entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005 parcelados em 120 meses e os débitos vencidos após 31 de dezembro de 2005 parcelados em 60 meses. Com a opção ao PAEX, a Companhia mantém atualmente três parcelamentos junto à União, os quais

se encontram na fase de consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil, sendo que a Companhia aguarda esse posicionamento, tendo todas as pendências sanadas.

Com relação aos valores inseridos nos Programas REFIS/PAES/PAEX, ressalta-se que a eventual exclusão da pessoa jurídica do referido Programa do Governo Federal, implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo da dívida e automática execução da garantia prestada. Com o ingresso no parcelamento especial - PAES/PAEX, a CELG assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- A autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal - SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira.
- O acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas.
- O cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.
- O pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º março de 2003, em relação às quais fica excluída qualquer outra forma de pagamento.

(c) PARCELAMENTO DE ICMS

Refere-se ao termo de acordo de parcelamento de débito celebrado entre a CELG D e a Secretaria da Fazenda, o qual foi assinado em 31 de março de 2008. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento no dia 25 de cada mês, e será acrescido de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês e de atualização monetária mensal pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna - IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, conforme dispõe o CTE – Código Tributário Estadual.

Os pagamentos futuros dos valores apresentados no Não Circulante estão assim representados:

31/12/2010			
Ano	PAEX (PIS/COFINS/INSS)	PARCELAMENTO DO ICMS	Total
2012	6.774	27.145	33.919
2013	6.774	-	6.774
2014	6.774	-	6.774
2015	6.774	-	6.774
2016	7.683	-	7.683
Total	34.779	27.145	61.924

20. TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	18.892	-	13.241	-	6.713	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR (b)	78.988	84.879	55.609	74.681	35.284	83.882
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC (b)	516.403	492.982	357.675	437.023	257.690	489.968
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (b)	433.660	158.767	298.920	138.393	190.570	154.999
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (c)	68.803	-	54.823	-	42.388	-
Programa de Eficiência Energética – PEE (c)	69.949	-	57.415	-	49.873	-
Programa de Inc. Fontes Alternativas - Proinfa (d)	141.185	-	82.176	-	35.857	-
TOTAL	1.327.880	736.628	919.859	650.097	618.375	728.849

(a) A Taxa de Fiscalização – ANEEL foi instituída pela Lei nº. 9.427/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410/1997 é uma receita destinada à ANEEL, e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados e representa 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido.

(b) Refere-se principalmente ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre CELG e Eletrobrás, o qual foi aditivado em 5 de outubro de 2006. O montante foi parcelado em 115 meses, com vencimento no dia 5 de cada mês, sendo o valor da parcela determinado pela aplicação de um percentual sobre a receita operacional líquida e o saldo devedor atualizado com base na aplicação pro rata temporis da variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, incidindo sobre ele juros de 1% a.m. pro rata die, contados a partir de 31 de agosto de 2006.

(c) Pesquisa & Desenvolvimento- P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar anualmente 1% de sua receita operacional líquida, sendo 0,5% em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,5% em programa de eficiência energética.

(d) Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos.

Os pagamentos futuros dos valores apresentados no Não Circulante estão assim representados:

31/12/2010				
Ano	RGR	CCC	CDE	Total
2012	15.298	93.980	27.882	137.160
2013	15.298	93.980	27.882	137.160
2014	15.298	93.980	27.882	137.160
2015	15.298	93.980	27.882	137.160
2016	15.298	93.980	27.882	137.160
2017	8.389	23.082	19.357	50.828
Total	84.879	492.982	158.767	736.628

21. CREDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
		Reapresentado	Reapresentado
Contribuição da Patrocinadora e Permuta -Eetra	77	3.173	5.516
Rentabilidade de Obras executadas p/consumidores (a)	24.504	16.395	17.671
Devolução de Contas de Energia Elétrica (b)	10.705	8.603	4.162
Outros	6.778	4.571	4.349
TOTAL	42.064	32.742	31.698

(a) Refere-se a valores a devolver a consumidores que executaram obras de seus interesses, as quais não se enquadraram nos termos dos incisos I e III do art. 14 da Lei nº 10.438 de 28 de abril de 2002. Os referidos valores foram calculados conforme estabelecido na Resolução Normativa expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 250 de 13 de fevereiro de 2007.

(b) Refere-se a pagamentos indevidos realizados por consumidores e as multas de indicadores de continuidade.

22. OUTROS

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1.381	-	619	-
Secretaria de Estado da Fazenda	2.750	-	2.559	-	1.914	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg (a)	10.830	-	7.059	-	8.246	-
Contribuição Iluminação Pública (b)	77.075	-	58.783	-	43.619	-
Recursos Destinados a Obras de Terceiros	4.265	-	4.535	-	5.623	-
Sindicato Stiuieg	-	-	-	-	7.235	-
Outros	11.527	8.777	7.788	8.631	17.922	6.479
TOTAL	106.447	8.777	82.105	8.631	85.178	6.479

(a) Convênio assinado entre CELG D, Prefeituras Municipais, Estado de Goiás e Banco Itaú para realização de encontro de contas entre a CELG D e os Municípios, correspondentes ao fornecimento de energia elétrica e os recursos provenientes dos depósitos pelo Estado de Goiás referente aos valores do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

(b) Trata-se de convênios firmados entre a CELG D e as prefeituras municipais, tendo como objeto a operacionalização da cobrança em nome e por conta dos Municípios dos serviços de faturamento e arrecadação da Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

23. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

DESCRIÇÃO	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	2010	Apropriação	2009	Apropriação	2008	Apropriação
Imposto de Renda s/ Receitas Diferidas (a)	224.293	37.192	187.101	56.546	130.555	(13.406)
Contribuição Social s/ Receitas Diferidas (a)	80.745	14.667	66.078	19.078	47.000	(4.826)
	305.038	51.859	253.179	75.624	177.555	(18.232)
IR s/ Reavaliação (a)	129.481	(80.796)	210.277	(23.708)	233.985	(23.642)
CSSL- s/ Reavaliação (a)	46.613	(30.365)	76.978	(7.258)	84.236	(8.511)
Total CSSL/IR	481.132	(59.302)	540.434	44.658	495.776	(50.385)
Folha de Pagamento (b)	29.372	141	29.231	(7.569)	36.800	6.385
TOTAL	510.504	(59.161)	569.665	37.089	532.576	(44.000)

a) Refere-se às estimativas de impostos de renda e contribuição social a pagar, incidentes sobre: receitas com variação cambial credora e receitas de atualização do contas a receber do Estado de Goiás e reserva de reavaliação. Essas provisões são efetuadas em observância ao regime contábil de competência.

b) Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias, 13º salário e outras assemelhadas, devidas aos empregados.

24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009							
	VALOR DA PROVISÃO								VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos				
	Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais			
A) CIRCULANTE																
Trabalhistas	5.552	B.1	7.458	18.994	9.152	30.946	29.636	17.088	4.032	25.618	26.746	18.398	3.754			
Cíveis	13.727	B.2	15.285	56.545	6.670	49.701	69.110	54.987	2.856	59.700	67.319	35.578	3.841			
Total Trabalhistas + Cíveis	19.279		22.743	75.539	15.822	80.647	98.746	72.075	6.888	85.318	94.065	53.976	7.595			
Fiscais																
Notificações Fiscais - INSS	-	B.3		2.600		-	112	2.600		14.999	67	2.488	230			
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	660	B.3	8.999	201.777	23.818	473	49.794	193.438	6.149	1.481	96.531	144.117	9.633			
Autos de Infração-SEFAZ-GO	6.928	B.3	42.491	35.563		-	-	-		-	-	-	-			
Autos de Infração-AGR/ANEEL		B.3	10.118	73.930		7	50.741	63.812			1.102	13.078				
Outros valores contingenciados	909	B.3	207	4.809		1.642	-	5.511		84.272	84.851	7.153				
Total Fiscais	8.497		61.815	318.679	23.818	2.122	100.647	265.361	6.149	100.752	182.551	166.836	9.863			
TOTAL - CIRCULANTE	27.776		84.558	394.218	39.640	82.769	199.393	337.436	13.037	186.070	276.616	220.812	17.458			

A Celg Distribuição S.A.-Celg D é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.

Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se no Pronunciamento Técnico CPC – 25.

(a) Contingências Passivas

A Celg D, ao final do exercício de 2010, responde por aproximadamente 3.847 (três mil oitocentos e quarenta e sete) processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, interpostas contra a companhia. Neste sentido, todas as causas foram avaliadas individualmente pela área jurídica, de forma conservadora e os valores estimados de prováveis perdas foram provisionados com base em valores julgados suficientes para cobertura das obrigações.

Destes 3.847 processos, 813 foram classificados com possibilidade de perda remota, 2.095 com possibilidade de perda possível e 939 com possibilidade de perda provável. Os processos com possibilidade de perda provável foram 100% provisionados e os processos com possibilidade de perda possível e remota não foram provisionados.

b) Contingências Passivas com possibilidade de perda possível ou remota.

A Celg D discute em juízo e administrativamente outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

- ✓ Autos de Infração lavrados pela SRF em julho/2005 e março/2007, referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, no valor de R\$ 54.277 e R\$ 210.535 respectivamente;
- ✓ Ação Civil Pública com pedido de liminar, visando a obtenção da declaração de nulidade das portarias 38/86 e 45/86, movida pela ASSOBRÁEE – Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica – no valor de R\$ 40.000;
- ✓ Auto de Infração da Prefeitura Municipal de Formosa, referente ao ISSQN, no valor de R\$ 10.155;
- ✓ Ação de cobrança com pedido antecipado de tutela, movida pelo Município de Goianésia, no valor de R\$ 5.000;
- ✓ Ação coletiva para cominação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais individuais homogêneos com pedido de antecipação de tutela, movida pela ADIC – Associação de Defesa de Interesses Coletivos, no valor de R\$ 6.000.

- ✓ Ações de indenizações trabalhistas, no montante de R\$ 19.757;
- ✓ Ações de indenizações cíveis, no valor de R\$ 209.

Adicionalmente às questões acima, a Celg D está envolvida, seja como autora ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionada ao curso normal de suas operações. A Administração e o corpo jurídico da empresa acredita que possuem defesas adequadas para esses litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam refletir negativamente na posição financeira e no resultado operacional da Companhia.

c) Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

d) Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL

Descrição	31/12/2010	no período	31/12/2009	no período	01/01/2009
Capital Realizado	390.419	-	390.419	-	390.419
Reserva de Reavaliação	341.828	(213.303)	555.131	(62.592)	617.723
Prejuízos Acumulados	(1.646.198)	(556.520)	(1.089.678)	(132.032)	(957.646)
Total patrimônio líquido	(913.951)	(769.823)	(144.128)	(194.624)	50.496
Recurso destinado ao aumento de capital	34.450	-	34.450	12.000	22.450
Total patrimônio líquido e Recurso destinado ao aumento de capital	(879.501)	(769.823)	(109.678)	(182.624)	72.946

26. RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO

A composição da receita de fornecimento, por classe, é a seguinte:

CLASSES	N.º CONSUMIDORES		MWH		R\$MIL	
	jan-dez/10	jan-dez/09	jan-dez/10	jan-dez/09	jan-dez/10	jan-dez/09
Residencial	1.901.675	1.815.954	3.266.288	2.965.147	1.380.744	1.257.860
Industrial	10.762	10.362	1.999.174	1.879.929	615.402	576.952
Com. Serv. Outras Atividades	213.304	208.905	1.851.224	1.698.365	737.481	679.065
Rural	164.394	159.977	1.130.563	950.604	220.828	196.555
Poderes Públicos	15.823	15.215	350.188	323.441	126.771	117.683
Iluminação Pública	610	557	503.617	484.226	119.612	122.035
Serviço Público	1.965	1.901	332.206	309.807	85.870	84.686
Consumo Próprio	301	312	7.192	7.328	1.329	-
Total Fornecimento	2.308.834	2.213.183	9.440.452	8.618.847	3.288.037	3.034.836
Suprimento	2	2	85.194	74.531	8.663	7.579
TOTAL GERAL	2.308.836	2.213.185	9.525.646	8.693.378	3.296.700	3.042.415

27. RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A receita de construção está reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pelo ICPC 01 Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras da concessão de distribuição de energia elétrica, não existindo margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção, no encerramento dos exercícios de 2010 e 2009 totalizou R\$ 175.017 e R\$ 210.958 respectivamente.

28. OUTRAS RECEITAS

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009
Subvenção Baixa Renda Lei nº. 10.604/02 (a)	58.554	-
Serviços Taxados	38.137	33.189
Arrendamentos e Aluguéis	24.003	23.051
Renda de Prestação de Serviços	1.656	2.096
Outras	25	211
TOTAL	122.375	58.547

(a) Nos exercícios anteriores ao de 2010, a companhia registrava a receita de subvenção da classe de consumidores baixa renda na rubrica receita de fornecimento. Em 2010 a mencionados subvenção passou a ser registrada na rubrica outras receitas.

29. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Descrição	JAN- DEZ/2010	JAN-DEZ/2009	JAN- DEZ/2010	JAN- DEZ/2009
	MWh	MWh	R\$ (mil)	R\$ (mil)
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	10.804.166	9.740.447	997.681	875.862
Programa Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	251.851	214.433	41.775	35.227
Créditos - LEI 10.833	-	-	(96.995)	(84.348)
	11.056.017	9.954.880	942.461	826.741
Comercialização no âmbito CCEE	68.984	272.766	52.317	37.373
TOTAL DE ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	11.125.001	10.227.646	994.778	864.114

A diferença entre os montantes da energia comprada (Nota 29) e de energia vendida (Nota 26) corresponde às perdas globais da CELG D, inclusive as perdas na rede básica. As perdas globais da CELG D no ano de 2010 ficaram em 14,38%. Deste total cerca de 1,76% são perdas na rede básica, 9,44% são perdas técnicas e 3,18% são perdas não técnicas.

30. CUSTOS OPERACIONAIS

	CUSTO DO SERVIÇO				Despesas	
	Com Energia Elétrica		De Operação		Gerais e Administrativas	
	JAN-DEZ / 2010	JAN-DEZ / 2009	JAN-DEZ / 2010	JAN-DEZ / 2009	JAN-DEZ / 2010	JAN-DEZ / 2009
	REAPRESENTADO					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	994.778	864.114	-	-	-	-
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	167.574	160.062	-	-	-	-
Pessoal e Administradores	-	-	144.164	133.957	149.223	125.447
Entidade de Previdência Privada	-	-	3.791	5.485	6.686	4.548
Material	-	-	3.751	8.412	3.434	-
Serviços de Terceiros	-	-	262.344	285.000	75.468	68.478
Depreciação e Amortização	-	-	146.831	167.239	9.058	10.218
Provisão/Reversão p/Cred Liq Duvidosa	-	-	55.745	45.458	-	-
Provisão para Contingência	-	-	-	-	68.002	139.872
Taxa de Fiscalização	-	-	3.694	4.690	-	-
Tributos	-	-	5.757	3.876	-	-
Recuperação de Despesas/Custos	-	-	6.448	16.607	3.339	4.016
Custo de Construção	-	-	175.016	210.958	-	-
Outras	-	-	12.631	4.724	8.905	7.721
TOTAL	1.162.352	1.014.176	807.276	854.192	317.437	352.269

31. SEGUROS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, não possuía apólice de seguro de seus bens e instalações.

32. ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir no exercício de 2010, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

33. PLANO DE APOSENTADORIA

- 1.1 A Sociedade é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da empresa. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:
- 1.2 A quantificação dos montantes encontra-se de conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação nº 600, de 7 de outubro de 2009, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(a) Definição dos tipos de benefícios

A CELG, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos beneficiários, sendo o primeiro, instituído originalmente, na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A CELG tem responsabilidade, no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da CELG, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

(b) Cobertura do Déficit Técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a CELG celebrou Instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da Companhia, nota 18(b).

(c) Descrição do Plano de Benefício Definido

c1) Características

Os benefícios deste Plano, abaixo relacionados, são concedidos a partir do SRB – Salário Real de Benefício regulamentado e calculado, com limites, sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão:

- ✓ Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição
- ✓ Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço proporcional
- ✓ Suplementação de aposentadoria Especial
- ✓ Suplementação de aposentadoria
- ✓ Suplementação antecipada de Aposentadoria
- ✓ Suplementação de aposentadoria por invalidez
- ✓ Suplementação de auxílio-doença
- ✓ Suplementação de pensão
- ✓ Suplementação de abono anual
- ✓ Pecúlio especial
- ✓ Reserva de poupança
- ✓ Benefício proporcional diferido

c2) Contribuição da Patrocinadora e dos Participantes

TIPO DE CONTRIBUIÇÃO	PATROCINADORA (1)		PARTICIPANTES (2)	
	2010	2009	2010	2009
NORMAL	12,75	13,09	16,46	16,46
EXTRAORDINÁRIA	3,52	3,52	3,52	3,52
TOTAL	16,27	16,61	19,98	19,98

(1) Taxas sobre o salário real de contribuição

(2) Taxas resultantes de aplicação da tabela a seguir.

c3) Contribuição Individual dos Participantes Ativos

PARCELA DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	2010		%	2009		%
	DE	ATÉ		DE	ATÉ	
Primeira Faixa	-	1.844,83	11,53	-	1.609,45	11,53
Segunda Faixa	1.844,84	3.689,66	14,80	1.609,46	3.219,90	14,80
Terceira Faixa	3.689,67	11.068,98	18,06	3.218,91	9.656,70	18,06
Contribuição Média			16,46			16,46
Contribuição extraordinária			3,52			3,52
Contribuição Média Total			19,98			19,98

(d) Descrição do Plano Misto de Benefícios

(d1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

- ✓ Suplementação de Aposentadoria
- ✓ Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
- ✓ Suplementação de Pensão
- ✓ Suplementação do Abono Anual

(e) Premissas Atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial, sob os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 371/2000, conforme determinação do item 49.c do pronunciamento anexo à mesma, foi aplicado o Método PUC para obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial, executadas por atuário especializado, foram as seguintes:

(e1) Premissas Biométricas

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes Premissas Biométricas:

- ✓ AT-2000-Male (Tabua Geral – Ativos)
- ✓ AT-2000-Male (Tabua Geral – Anuidades de Pensão – Ativos)

- ✓ AT-2000-Male (Tabua – Risco Morte-Pensao/Capitalização)
- ✓ TASA 1927 (Entrada em Invalidez)
- ✓ AT-49-Male (Tabua de Inválidos)
- ✓ TÁBUAS DE ATIVOS - Combinação das Tabuas AT2000-Male e TASA- 1927 (Método Multidecremental)

(e2) Premissas Econômicas

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas:

- ✓ Taxa Real de Juros: 5,75% a.a.
- ✓ Taxa Estimada de Inflação: 4,5% a.a.
- ✓ Custo dos juros do passivo: 12,59% a.a., composta pela taxa real de juros e pela variação do INPC em 2010 (6,47%)
- ✓ Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano: 12,59% a.a., composta pela taxa real de juros e pela variação do INPC em 2010 (6,47%)
- ✓ Taxa de Rotatividade (Ativos): 0% a.a. (plano BD) e 3,16% a.a. (Celgprev)
- ✓ Taxa de Crescimento Salarial (aplicada apenas aos Ativos): 1% a.a. (plano BD e 3,08% a.a. Celgprev)
- ✓ Taxa de Crescimento de Benefícios: 0% a.a.
- ✓ Capacidade Salarial: 98,22%
- ✓ Capacidade de Benefícios: 98,22%
- ✓ Índices dos Planos: INPC-IBGE
- ✓ Método de Financiamento: Crédito Unitário Projetado (PUC)
- ✓ Valor da Unidade Monetária Eletra: R\$ 233,00
- ✓ Valor do Piso de Benefício: R\$ 272,14
- ✓ Teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS: R\$ 3.467,40
- ✓ Teto do Salário Real de Contribuição:
 - ✓ Plano BD: R\$ 10.402,20
 - ✓ Celgprev: R\$ 6.990,00

(e3) Outras Premissas:

- ✓ Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada
- ✓ Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com base em Informações da entidade.
- ✓ Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2009.

f) Custo do Patrocinador

No exercício de 2010, o montante de contribuições da CELG para a ELETRA foi de R\$ 10.477 mil (2009 – R\$ 10.032 mil).

g) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

(g1) De acordo com Leis Complementares nº 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre a Patrocinadora, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

(g2) De acordo com o parecer atuarial emitido pela ATUARIAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, os registros de passivos já efetuados pela CELG, em razão de Contrato de Confissão de Dívidas, já mencionado, são suficientes para atendimento às normas da Deliberação CVM nº. 371/2000.

34. REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Companhia observa os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício de 2010, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram R\$ 26 e R\$ 1,6, respectivamente. Com relação à Diretoria, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 26 e 22.

35. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	Jan-dez /2010	Jan-dez/2009
		REAPRESENTADO
Receitas		
Variações Cambiais	159.516	264.420
Variações Monetárias	27.518	58.147
Atualização do Contas a Receber - Fornecimento	75.015	70.851
Atualização do Contas a Receber - Estado de Goiás	177.098	158.273
Rendas	68.533	14.241
Outras	121.560	12.539
Totais - Receitas	629.240	578.471
Despesas		
Variações Cambiais	132.160	31.246
Variações Monetárias	122.144	26.708
Encargos de Dívidas	281.778	235.200
Encargos s/ Emprést. Bancários de Curto Prazo	142.338	168.906
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	264.339	49.813
Encargos s/ Dívida Furnas - Longo Prazo	38.424	28.567
Outras	4.631	21.652
Totais - Despesas	985.814	562.092
Total Geral - Resultado Financeiro	(356.574)	16.379

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

36.1 Considerações sobre os riscos

Os negócios da CELG D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

(a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da CELG D vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuados contratos de derivativos para fazer hedge contra tal risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (*swap*) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu:

A CELG está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu.

(c) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a CELG D vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento, possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Companhia analisa continuamente as situações em aberto e, nesse sentido, renegociou os valores devidos pelo Estado de Goiás, conforme nota 9, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

(e) Risco quanto à escassez de energia

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Companhia. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva registrada no ano de 2010, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

(f) Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos

Conforme descrito na nota 19 com relação aos valores inseridos no Programa PAEX, a eventual exclusão da Companhia desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e automática execução das garantias prestadas. A Administração da Companhia entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

36.2 Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações, bem como saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e as taxas em relação ao praticado no mercado.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Circulante			
ESTADO DE GOIAS			
Fornecimento de Energia Elétrica	34.469	21.723	17.366
Lei nº 13.062/97 (nota 9)	17.045	17.054	29.126
Quarto Termo (nota 9)	-	216.282	128.023
Outros débitos (nota 9)	-	84.870	88.326
Servidores a Disposição	1.474	533	1.088
CELG Geração e Transmissão - CELG G&T			
Contratos	35.227	23.045	14.907
Companhia Celg de Participações -CELGPAR			
Contas a receber	661	638	255
Realizável a Longo Prazo			
Quarto Termo (nota 7)	1.924.942	1.317.092	1.293.237
CELG Geração e Transmissão - CELG G&T	2.723	7.547	12.601
Passivo Circulante			
CELG Geração e Transmissão - CELG G&T	3.976	3.340	9.546
ESTADO DE GOIÁS			
Receita de Fornecimento	3.350	9.737	9.257
Receita com atualização	203.317	159.157	379.086

38. QUESTÕES AMBIENTAIS

A CELG D desenvolveu estudos voltados à mitigação dos impactos ambientais, preservando os recursos naturais. Com a adoção desses estudos, foram realizadas ações que evitaram, minimizaram ou compensaram os impactos gerados pela implantação de linhas e subestações. Tais ações são iniciadas na fase de planejamento para escolha do melhor traçado das linhas de transmissão e localização das subestações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionista da Celg Distribuição S.A. – CELG D
Goiânia — GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Celg Distribuição S.A. – CELG D (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA POR LIMITAÇÃO DE ESCOPO

Divergência nos critérios de apuração dos juros entre a CELG D e ELETROBRÁS

Conforme descrito nas notas explicativas nº 17 (b) e nº 20(b), em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$1.800.705 mil relativo, principalmente, a diversos termos de confissão e repactuação de dívidas com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A Companhia, amparada pelos seus assessores jurídicos e entendimento contido em súmula específica expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) atualiza essa dívida por meio da metodologia de juros simples. Todavia, a metodologia usual para cálculo de atualização de empréstimos praticada por instituições financeiras é o método de juros compostos, a qual está sendo utilizada pela contraparte. A confirmação direta do saldo de 31 de dezembro de 2010 encaminhada pela Eletrobrás apresenta uma divergência a maior, não conciliada, em relação aos registros contábeis da Companhia em aproximadamente R\$175.537 mil. A Administração formalizou o seu posicionamento à Eletrobrás, permanecendo no aguardo de sua manifestação. Como consequência, não foi possível, nem por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do respectivo saldo e os efeitos da atualização monetária no resultado do exercício, bem como os reflexos tributários advindos dessa transação naquela data.

Ausência de controles auxiliares na provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.2 a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Celg Distribuição S.A. – CELG D em 31 de dezembro de 2010 é de R\$98.666 mil. Entretanto, nossos exames evidenciaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento, nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dessa provisão. Consequentemente, não podemos concluir quanto à adequação dos saldos representativos do contas a receber, em 31 de dezembro de 2010, registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$669.608 mil e R\$307.253 mil, respectivamente, tampouco quanto ao montante de R\$55.745 mil registrado no resultado do exercício, bem como os reflexos tributários advindos desta transação naquela data.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados na seção .Base para opinião com ressalva por limitação de escopo., as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celg Distribuição S.A. – CELG D em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASES

Débitos com o Governo do Estado de Goiás

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 9(b) ,que demonstra que em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém consignado como contas a receber, no ativo não circulante, créditos com seu acionista controlador indireto, Governo do Estado de Goiás, o montante de R\$1.924.942 mil, correspondente a diversas dívidas consolidadas no 4º termo aditivo do encontro de contas entre as partes, celebrado em 30 de novembro de 2006, o qual foi aprovado pelo órgão regulador. O acionista controlador indireto intenta uma nova forma de equacionamento do montante do crédito mediante procedimentos adotados pelo Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda, na viabilização de operações de crédito interno junto a instituições do sistema financeiro nacional destinado ao pagamento

de obrigações com a CELG Distribuição S.A., que permitirá à liquidação de suas dívidas intrasetoriais e outras, em especial com o Grupo Eletrobrás. A realização desses créditos dependerá da viabilização de tais recursos pelo Estado e, dessa forma, nenhuma provisão foi constituída pela Administração da Companhia, nem há elementos suficientes, neste momento, para julgar uma eventual necessidade de constituição de provisão para fazer face à realização do crédito constituído naquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Débitos incluídos no PAEX não homologados pela Receita Federal

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19(b), que evidencia que a Companhia mantém registrado no passivo circulante e não circulante o montante de R\$42.904 mil, representado por débitos incluídos no parcelamento excepcional (Paex) (anteriormente denominado Programa de Recuperação Fiscal Refis). A Receita Federal do Brasil consolidou parte da dívida, apresentando uma divergência a maior, atualizada até a data-base, em montante aproximado de R\$195.930 mil. A Administração, amparada pelos seus assessores jurídicos, reforçada pela opinião legal de consultores especializados, está questionando judicialmente à Secretaria da Receita Federal a legitimidade dessa compensação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à exigibilidade da exclusão dos créditos supracitados na consolidação da dívida no Paex, por entenderem, a Administração e seus assessores jurídicos, que terão êxito provável. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Auto de infração do baixa renda

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10(a), que descreve que a Agência Nacional de Energia Elétrica – (Aneel), com base no relatório de fiscalização da AGR (Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos), lavrou termo de notificação à Companhia em razão da não conformidade dos valores homologados anteriormente por aquele órgão regulador, em virtude da subvenção econômica (baixa renda), correspondente ao período de maio de 2002 a dezembro de 2005, no valor de R\$36.390 mil (valores históricos). No entanto, a AGR manifestou que reverá tal posicionamento. Essa revisão será efetuada levando-se em consideração a anulação do art. 3º da Resolução Aneel nº 246, de 30 de abril de 2002, e a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel. Adicionalmente, os valores de R\$299.381 mil relativos aos consumidores baixa renda não vem sendo reembolsados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) em face do inadimplemento das taxas regulamentares. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24(b), que demonstra que em julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de alegar insuficiência das contribuições para o PIS e da Cofins geradas em função da exclusão da parcela do ICMS sobre o faturamento das contas de consumo de energia, referente à realização da própria operação, correspondente ao período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Em 26 de março de 2007 foi concluída nova fiscalização da Secretaria da Receita Federal, estendendo o período de análise até setembro de 2005, o que resultou em outros autos de infração, perfazendo o total de R\$264.812 mil (valores históricos, já acrescidos de juros de mora e multa até a data da fiscalização). Em função de a descrição dos fatos e enquadramentos legais citados nos referidos autos já ser conhecida, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus assessores jurídicos internos e reforçada pela opinião legal de especialista, entende como possível a probabilidade de perda dessa demanda judicial. Em 5 de março de 2010, a Companhia obteve sentença favorável pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), suscetível a recurso somente no Supremo Tribunal Federal (STF). Em função do posicionamento favorável dos consultores jurídicos da Companhia e atual sentença favorável, a Administração da Companhia optou por não consignar nenhuma provisão nas demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2010 para fazer face às possíveis perdas futuras, se houver. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza quanto a continuidade da Companhia

As demonstrações financeiras da Celg Distribuição S.A. foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, a Companhia tem sofrido contínuos prejuízos, apresentando deficiência de capital de giro, elevação da participação de capital de terceiros, além da apresentação de passivo a descoberto. O plano da Administração da Companhia, parcialmente apresentado na nota explicativa nº 1, em conjunto com seu acionista controlador, consiste em providências para a reestruturação de suas operações e de suas dívidas, visando ao reequilíbrio econômico, financeiro e operacional, à melhoria da geração de fluxos de caixa e à eliminação de seu passivo a descoberto. Em função dessa situação, a Companhia, em 31 de dezembro de 2010, não vem honrando suas obrigações com taxas regulamentares correntes e compra de energia, registrados no passivo circulante e não circulante no montante total de R\$2.471.221 mil, representados por: i) débitos relativos às obrigações intrassetoriais, correspondentes aos repasses destinados à União Federal e à Eletrobras, no montante de R\$1.038.476 mil; e ii) débitos relativos à compra de energia para revenda, no montante de R\$1.432.745 mil, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. Em decorrência do inadimplemento das dívidas intrassetoriais, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) utiliza-se das seguintes prerrogativas: i) não está autorizando a aplicação do reajuste tarifário desde setembro de 2006; e ii) poderá promover a declaração de outras sanções previstas no Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 63/2000. Como consequência, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade, pela geração de resultados futuros. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado - DVA

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

Goiânia, 31 de março de 2011.

Marcelo Faria Pereira
Sócio-contador
CRC 1RJ077911/O-2 .S. GO
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 .S. GO

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celg Distribuição S.A. – Celg D, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V, da Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias declaram que reviram, discutiram e concordam em parte com o Parecer, da BDO Auditores Independentes, emitido em 31.03.2011, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2010, exceto em relação ao 1º parágrafo da base para opinião com ressalva por limitação de escopo, com fundamento no Parecer Jurídico PR-PRGE nº 062/2010, com as justificativas a seguir expostas.

Em relação ao referido parágrafo, esta Diretoria reafirma a correção do registro, em 31 de dezembro de 2010, no passivo circulante e não circulante do montante total de R\$ 1.800.705 mil, relativos a diversos termos de confissão e repactuação de dívidas junto a Eletrobrás, em razão de ser regra geral no Ordenamento Jurídico Brasileiro atual que **a capitalização de juros só é viável quando a lei expressamente a admitir, e quando as partes, utilizando-se do permissivo legal, expressamente a pactuarem**, condições que não se verificam em nenhuma das cláusulas insertas em todos os termos de confissão e repactuação de dívidas firmados entre a Celg Distribuição S.A. - CELG D e a ELETROBRÁS.

Releva destacar, que a discrepância apontada no Parecer dos Auditores Independentes, se refere aos 04 (quatro) termos de repactuação de dívidas firmados.

Cumpra a esta Diretoria esclarecer que a ELETROBRÁS se manifestou oficialmente sobre esta discrepância, mediante o encaminhamento da Carta DF-3241, de 7 de abril de 2011, solicitando o encaminhamento dos cálculos por parte da CELG D de acordo com o art. 354 do Código Civil Brasileiro - CCB. No entendimento desta Diretoria a posição adotada pela ELETROBRÁS sinaliza uma eventual mudança de postura.

Por todo o exposto, resta claro que as aludidas divergências entre as partes não tem o condão de trazerem incertezas quanto à procedência dos registros da Celg Distribuição S.A. - CELG D, por estarem previstos em nosso ordenamento jurídico.

Goiânia, 4 de maio de 2011.

José Eliton de Figuerêdo Júnior
Diretor-Presidente
CPF nº. 587.235.521-15

José Fernando Navarrete Pena
Diretor Econômico-Financeiro
CPF nº. 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Administrativo
CPF nº. 082.965.101-20

Humberto Eustaquio Tavares Correa
Diretor Técnico
CPF nº. 061.055.481-68

Orion Andrade de Carvalho
Diretor Comercial
CPF nº. 189.252.271-34

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celg Distribuição S.A. – Celg D, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2010.

Goiânia, 4 de maio de 2011.

José Eliton de Figuerêdo Júnior
Diretor-Presidente
CPF nº. 587.235.521-15

José Fernando Navarrete Pena
Diretor Econômico-Financeiro
CPF nº. 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Administrativo
CPF nº. 082.965.101-20

Humberto Eustaquio Tavares Correa
Diretor Técnico
CPF nº. 061.055.481-68

Orion Andrade de Carvalho
Diretor Comercial
CPF nº. 189.252.271-34